

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

RODRIGO MARRONE DE BELLIS

**EDUCAÇÃO E RENDA: UMA ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ANOS
DE ESCOLARIDADE E SALÁRIO E POTENCIAIS CONSEQUÊNCIAS DA COVID-
19 NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO**

Porto Alegre

2022

RODRIGO MARRONE DE BELLIS

**EDUCAÇÃO E RENDA: UMA ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ANOS
DE ESCOLARIDADE E SALÁRIO E POTENCIAIS CONSEQUÊNCIAS DA COVID-
19 NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Cássio da Silva Calvete

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

BELLIS, RODRIGO
EDUCAÇÃO E RENDA: UMA ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE
ANOS DE ESCOLARIDADE E SALÁRIO E POTENCIAIS
CONSEQUÊNCIAS DA COVID-19 NO SISTEMA EDUCACIONAL
BRASILEIRO / RODRIGO BELLIS. -- 2022.
64 f.

Orientador: CÁSSIO CALVETE.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Educação. 2. Desigualdade Econômica. 3.
Desigualdade Social. 4. Capital Humano. I. CALVETE,
CÁSSIO, orient. II. Título.

RODRIGO MARRONE DE BELLIS

**EDUCAÇÃO E RENDA: UMA ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ANOS
DE ESCOLARIDADE E SALÁRIO E POTENCIAIS CONSEQUÊNCIAS DA COVID-
19 NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de
Graduação em Economia da Faculdade de
Ciências Econômicas da UFRGS, como
requisito parcial para obtenção do título
Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Cássio da Silva Calvete – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Glaison Augusto Guerrero

UFRGS

Prof. Dr. Helio Afonso de Aguiar Filho

UFRGS

AGRADECIMENTOS

A construção desse trabalho de conclusão não se limita ao período acadêmico de um semestre, nem mesmo ao período de seis anos desde o momento em que ingressei na UFRGS como aluno. Não há como ser preciso para apontar em que momento e quais as circunstâncias que me levaram a escolher o curso de economia ou quais influências me levaram até a escolha do tema deste trabalho.

Sem a certeza de quando essa caminhada teve início, não seria difícil tecer agradecimentos tão extensos quanto o próprio trabalho para que fosse possível apontar cada pessoa que contribuiu de alguma forma para essa trajetória. Ainda assim, procurarei ser breve.

Agradeço meus pais, meu irmão e minhas avós pelo suporte incondicional que me proporcionaram em cada uma das escolhas ao longo de toda minha vida. É um privilégio imensurável contar com a estabilidade que minha família foi capaz de oferecer.

Agradeço minha namorada e meus amigos de longa data que tornaram os últimos anos mais prazerosos, divertidos e especiais. Meu crescimento pessoal está intimamente ligado a essas relações.

Agradeço aos que conheci como colegas de universidade, mas que se tornaram, quase imediatamente, grandes amigos. Esse grupo contribuiu de forma direta com cada passo meu dentro da universidade.

Agradeço ao meu professor orientador e suas fundamentais observações e comentários ao longo do processo de construção do trabalho. Estendo aqui a mensagem a todos os professores com quem aprendi ao longo do curso. Em uma monografia que se propõe a falar de educação, não poderia faltar um agradecimento ao corpo docente da FCE.

Por fim, agradeço a oportunidade de ter passado os últimos anos dentro do ambiente diverso e plural da UFRGS. As experiências que tive dentro da universidade foram transformadoras.

RESUMO

O assunto aqui abordado diz respeito a importância da educação em uma sociedade e sua relação com temas como renda, desigualdade e mercado de trabalho. Remetendo a autores de distintos campos do conhecimento, serão apresentados pontos de vista que se ligam por meio da valorização da educação como meio de alcançar desenvolvimento social e econômico. O problema da presente pesquisa será buscar respostas para a seguinte pergunta: Como a COVID-19 vai impactar na educação e na distribuição de renda no Brasil? Para desenvolver essa resposta, será analisado, a partir de autores ligados a ciências sociais, o sistema educacional como método para formação de cidadãos livres e críticos. O tema também é analisado, por uma parcela dos economistas, como fonte geradora de capital humano que, por sua vez, traz aumento de produtividade para o mercado de trabalho. No caso brasileiro, existem evidências que apontam para um aumento nos níveis de salário de um cidadão conforme aumenta seu grau de escolaridade. Portanto, um sistema educacional bem estruturado pode ser um indutor para redução de desigualdades no Brasil. A pandemia de COVID-19, que interrompeu as aulas no Brasil por vários meses e obrigou instituições de ensino a se adaptarem para o ensino remoto, evidenciou e potencializou as desigualdades educacionais no país. As escolas públicas tiveram maiores dificuldades nesse período e a evasão escolar cresceu. Pessoas de pele preta, nordestinos e famílias de renda baixa foram os principais prejudicados nesse sentido. Observa-se, ao longo do trabalho, a importância de valorizar a educação e construir um sistema educacional qualificado e massificado para que os jovens possam sair do ciclo escolar prontos para contribuir socialmente e economicamente com a sua região.

Palavras-chave: Educação. Desigualdade Econômica. Desigualdade Social. Capital humano.

ABSTRACT

The subject addressed here concerns the importance of education in a society and its relationship with topics such as income, inequality and the job market. Referring to authors from different fields of knowledge, there will be presented points of view that match by the valorization of education as a way to achieve social and economic development. The problem of this research will be to seek answers to the following question: How COVID-19 will impact education and income distribution in Brazil? To answer it, the educational system will be analyzed by authors linked to the social sciences as a method for the formation of free and critical citizens. The theme is also analyzed, by a portion of economists, as a source of human capital that brings productivity increase to the job market. In the Brazilian case, there is evidence that points to an increase in a citizen salary levels as their level of education increases. Therefore, the educational system can be an inducer to reduce inequalities in Brazil. The COVID-19 pandemic, which interrupted classes in Brazil for several months and forced educational institutions to adapt to remote classes, highlighted and exacerbated educational inequalities in the country. Public schools had greater difficulties in this period and school dropout increased. Black-skinned people, Northeasterners and low-income families were the main victims of this new dynamic. It is observed, throughout the work, the importance of valuing education and building a qualified and mass education system so that young people can leave the school cycle ready to contribute socially and economically to their region.

Keywords: Education. Economic Inequality. Social Inequality. Human Capital.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	A EDUCAÇÃO COMO MOTOR DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.....	11
2.1	PROCESSO EDUCACIONAL CRÍTICO E CIVILIZATÓRIO.....	13
2.2	EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO.....	14
2.3	EDUCAÇÃO E CRIMINALIDADE.....	16
3	RELAÇÃO ESCOLARIDADE RENDA.....	19
3.1	CAPITAL HUMANO E INCENTIVO À EDUCAÇÃO.....	20
3.2	DESENVOLVIMENTO E CAPITAL HUMANO.....	22
3.3	CRÍTICAS A TEORIA DO CAPITAL HUMANO.....	24
4	EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE NO BRASIL.....	28
4.1	TEORIAS DE RENDA E ESCOLARIDADE.....	29
4.2	AVANÇOS E DESEQUILÍBRIOS NA EDUCAÇÃO.....	32
4.3	INVESTIMENTO NACIONAL NA EDUCAÇÃO.....	35
5	PANDEMIA DE COVID-19 E POTENCIAIS CONSEQUÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO.....	40
5.1	EVASÃO ESCOLAR.....	42
5.2	EXCLUSÃO ESCOLAR.....	45
5.3	INSCRIÇÕES EM EXAMES NACIONAIS.....	47
5.4	CONSEQUÊNCIAS INICIAIS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA..	50
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
	REFERÊNCIAS.....	57

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do trabalho será investigada a importância da educação sob o ponto de vista de diferentes tipos de autores das áreas da economia, filosofia e pedagogia. A partir disso, com o conceito de educação bem estabelecido será necessário analisar qual a relação existente entre a escolaridade, salário e distribuição de renda para que seja possível dimensionar a relevância desses fatores dentro de uma sociedade.

Na sequência, pretende-se compreender a dinâmica da educação no Brasil, investigando autores que relacionam economia e escolaridade no país, entendendo a dinâmica do avanço do processo educacional brasileiro e analisando o projeto que pauta a educação no país. Por fim, será importante a investigação das possíveis consequências que a pandemia de Covid-19 terá na educação brasileira devido a fatores como falta de acesso dos alunos a aulas no ambiente virtual e evasão escolar.

O problema da presente pesquisa será buscar respostas para a seguinte pergunta: Como a COVID-19 vai impactar na educação e na distribuição de renda do Brasil?

Para alcançar o objetivo, ao longo do trabalho, será apresentada uma visão geral dos conceitos de educação e da sua relação com a renda segundo especialistas que se aprofundaram no tema. Serão mencionados autores que avaliam a importância da educação segundo o seu caráter preparatório para o mercado de trabalho, assim como também serão apresentadas ideias que relacionam a educação com os aspectos sociais de vida em comunidade e de ampliação do conhecimento como uma maneira de libertar o ser humano das opressões da sociedade.

Na sequência, ainda será importante apresentar e entender estudos que relacionam cada ano adicional de escolaridade com a renda futura do cidadão brasileiro. Essa questão tem como objetivo validar um pressuposto inicial da teoria do Capital Humano de que os investimentos em educação fazem parte da construção de uma sociedade mais igualitária e próspera economicamente. Se é verdade que o cidadão com mais alto grau de escolaridade tem a tendência de receber remunerações mais altas durante a sua carreira profissional, então deveria ser do interesse do poder público desenvolver e fomentar estratégias que visem aprimorar a educação do país.

No que diz respeito aos tempos atuais, é relevante que sejam investigadas e identificadas as possíveis trajetórias da educação brasileira a partir do início da pandemia de COVID-19. Nesse sentido, é importante que, em um primeiro momento, sejam avaliados indicadores do sistema educacional nacional como níveis de evasão escolar em escolas públicas e privadas e

como as realidades educacionais se alteram de acordo com a região, cor de pele e renda familiar no Brasil.

A partir desse estudo preliminar poderão ser auferidos potenciais prejuízos que a educação brasileira já enfrenta em decorrência da pandemia e quais possíveis consequências futuras terão de ser enfrentadas para reduzir as desigualdades educacionais presentes na realidade do país.

Pode-se supor, inicialmente, que as regiões norte e nordeste, marcadas por terem uma renda média inferior às demais regiões do país, são as mais propensas a sofrer as principais consequências negativas da pandemia quando se trata de educação. Isso pode estar relacionado com a dificuldade de acesso dos alunos às aulas remotas ou dificuldade das instituições de ensino em prover aulas não presenciais de qualidade. Além disso, por vezes, famílias de menor renda possuem a necessidade de uma opção extra para obter mais renda para sua sobrevivência, o que pode levar crianças e adolescentes a abandonarem os estudos para se dedicarem exclusivamente a uma tentativa de conseguir trabalho.

É sabido que a educação para os jovens tem um papel que vai além de, unicamente, transmitir conhecimentos teóricos acerca das disciplinas previamente estabelecidas pelos planos curriculares. É papel do sistema educacional formar pessoas preparadas para o convívio social e que tenham capacidade de transformar a sociedade a partir do pensamento crítico desenvolvido nas primeiras fases da vida.

É relevante também apresentar a visão de que os gastos públicos em educação, segundo Cruz, Teixeira e Braga (2010), auxiliam no combate à pobreza, aumentando os rendimentos per capita e a produtividade do sistema econômico. Dessa forma, o investimento em educação se torna um meio de acelerar o desenvolvimento de uma região e de gerar inclusão social. Políticas de gasto público em educação, assim como em saúde, podem aumentar também níveis de emprego e salário na sociedade.

Becker (1964) e Schultz (1961) foram precursores do estudo da teoria do capital humano. Seus estudos apontam para a educação como formadora de capital humano qualificado que, por sua vez, é utilizado no mercado de trabalho para preencher as vagas com os melhores profissionais. Nesse sentido, deve existir uma relação entre instituições de ensino e empresas, uma vez que a escola tem como um dos seus objetivos formar pessoas para atender as exigências do mercado de trabalho.

Por outro lado, também compete à educação a formação de cidadãos aptos para viver em sociedade, gerando indivíduos que sejam capazes de exercer a cidadania de maneira plena. Além disso, a educação também é uma forma de emancipar o cidadão e capaz de transformar a

realidade e humanizar as pessoas, segundo Freire (1967). O educador e filósofo é um dos grandes nomes dessa corrente de pensamento e os seus textos servem de referência para estudos contemporâneos mesmo duas décadas depois de sua morte.

No Brasil, a realidade educacional apresenta problemas em relação a quantidade de investimentos e a distribuição do mesmo. Langoni (1973) apontava prioritariamente para o investimento estatal nas primeiras etapas do processo, começando pela educação básica, como sendo a mais importante. Schultz (1961), por sua vez, vê no ensino médio e educação universitária a principal ferramenta que o Estado pode oferecer para o cidadão de baixa renda para se desenvolver e obter uma ascensão social.

O certo é que, independentemente da posição política, área do conhecimento ou perspectiva a respeito do investimento em educação, existe um ponto de encontro entre todas as visões. Essa ideia que une a todos aponta para as externalidades positivas que a educação é capaz de gerar. Podendo o benefício ser individual ou coletivo, em pequena ou larga escala. As externalidades não são fáceis de serem medidas, mas o investimento em educação é capaz de melhorar a produtividade geral das empresas, servindo como propulsor para o crescimento econômico e potencialmente revertendo cenários de pobreza, segundo apontam os autores Cruz, Teixeira e Braga (2010).

O subsídio da educação por parte do governo também oportuniza o acesso ao ensino para as populações de classe mais baixa e contribui para uma sociedade mais igualitária economicamente. O mercado de trabalho tende a valorizar o cidadão com maior nível de escolaridade e essa valorização se reflete em termos salariais. No caso do Brasil, com inflação acelerada desde o ano de 2021, perda do poder de compra da população e desemprego em níveis elevados, é fundamental para as famílias que seus membros economicamente ativos estejam empregados e com uma remuneração razoável. Um dos meios de conquistar essa estabilidade vem dos anos de escolaridade que o funcionário tem. Esse é mais um indício do quanto fundamental é o investimento em educação.

Dado todo o contexto até então apresentado, cabe voltar a atenção para o cenário atual vivido no Brasil, um país que, especialmente, entre 2020 e 2021, atravessou crises sanitárias, econômicas e institucionais, causadas parcial ou totalmente pela pandemia de COVID-19. A educação não ficou alheia às crises do período. Foi necessária uma adaptação imediata e sem planejamento prévio no ensino público e privado para transformar as aulas até então presenciais em aulas em ambiente virtual. É razoável supor que as instituições privadas tiveram menores dificuldades de adaptação por conta das condições dos alunos que, em geral, têm mais privilégios e acesso à internet do que alunos de escolas públicas. Por sua vez, instituições

públicas de ensino, que também passaram por processos de suspensão do ano letivo por vários meses, tiveram de lidar com evasão escolar e falta de equipamentos básicos para acesso dos alunos às aulas remotas.

A combinação desses e de outros fatores ocasionados pela pandemia tende a aumentar ainda mais as diferenças no nível educacional entre as regiões mais ricas e mais pobres do país. O último capítulo do trabalho se dedica a avaliar possíveis consequências na educação ocasionadas pela pandemia. É possível supor uma degradação do ensino público e um prejuízo inestimável para uma ou mais gerações de crianças e adolescentes que tiveram sua formação educacional prejudicada pela falta de condições mínimas para atender às aulas de forma remota. Em termos de renda familiar, pressupõe-se que os mais prejudicados são os alunos de famílias mais humildes, o que pode gerar aumento das desigualdades no país.

Com menos anos de escolaridade média para alunos das regiões mais pobres do Brasil é esperado que o mercado de trabalho venha a remunerar esses trabalhadores com salários mais baixos no futuro e, portanto, as diferenças econômicas entre as classes sociais no país tendem a seguir uma trajetória de crescimento nos próximos anos.

2 A EDUCAÇÃO COMO MOTOR DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

A educação consiste em um processo de formação do cidadão em termos físicos, intelectuais e morais, de acordo com Rodrigues (2001). É também, segundo Barbosa (2020), um meio de formação de democratas, pois os democratas não nascem, mas sim são formados. A educação, portanto, é fundamental para o processo democrático pois não há democracia sem democratas e esses são formados a partir do processo educacional.

Para Rodrigues (2001), é a prática educativa que dá ao indivíduo livre e independente a oportunidade de adquirir capacidades para conduzir seu processo de formação. Nesse sentido, é necessário que o educando seja conduzido a se ajustar à realidade na qual está inserido e esse é um dos papéis do educador dentro desse processo.

Barbosa (2020) ainda admite que educação e democracia andam lado a lado na sociedade e, juntas, são capazes de estimular uma à outra. Ainda assim, o autor entende que essa relação vem sendo sufocada por uma pressão “desdemocratizadora” ocasionada pela influência neoliberal sobre as escolas. Essa pressão gera uma sobrevalorização da formação de capital humano para o mercado de trabalho e deixa de lado a capacitação democrática dos jovens ao redor do mundo.

Rodrigues (2001), ressalta que a educação está presente em todas as sociedades humanas e que seu objetivo é preparar os jovens para que sejam capazes de assumir seu papel social na vida coletiva. Além disso, a educação se coloca como um meio de instruir o cidadão a usar seus conhecimentos e habilidades de forma adequada. A educação também é, para Rodrigues (2001), uma força que abastece os educandos do que é necessário para legitimar a sua cidadania. Nesse sentido, o indivíduo, ao entrar em contato com o processo educacional, se vê capaz de dominar os conhecimentos e habilidades disponíveis, preparar-se para o trabalho, acessar e dominar os avanços tecnológicos e participar de forma crítica da vida política dentro da sua sociedade.

Toda a construção do conceito de educação evidencia a ideia da sua fundamental importância para o desenvolvimento de uma nação. Vale apontar, que as visões acima citadas apresentam a educação de uma forma menos pragmática e utilitarista em relação a visões mais ligadas à formação de capital humano.

Dando sequência, o sistema educacional pode ser dividido em três categorias, de acordo com Marandino (2017). Sendo elas: formal, informal e não formal. No presente trabalho, o foco será na formal, que consiste na educação estruturada e cronológica que vai da escola primária até o ensino superior, por meio do estudo acadêmico, especializado e profissional.

Em termos sociais, a educação faz parte da socialização do indivíduo. O sociólogo Durkheim (1952) apontava o processo educativo como uma forma de integração do ser humano à sociedade. O autor diz ainda que o papel da educação é formar o homem para além da sua natureza, conduzindo-o para que se adeque aos comportamentos e atitudes que a vida em sociedade exige. A educação insere o ser humano na sociedade e o encaminha para se sentir parte dos grupos aos quais pertence.

Economicamente falando, a educação também é vista como força motriz do desenvolvimento. Barbosa Filho e Pessôa (2010) defendem que o investimento em educação gera efeitos positivos sobre o salário das pessoas e sobre a qualidade da força de trabalho em uma sociedade. Carrasqueira (2016), por sua vez, vai ao encontro dessa visão ao afirmar que o ato educativo, por vezes, é encarado como um bem no mercado pois seu crescimento se traduz no desenvolvimento econômico de países e populações por meio de aumento da capacidade produtiva da região. Além disso, individualizando o raciocínio para um único cidadão, o autor aponta que o aumento no nível educacional de uma pessoa significa remunerações mais altas, empregos mais qualificados e ascensão social.

Sendo assim, tendo sido apresentados alguns autores com diferentes visões acerca da educação fica evidente a importância e a função social da mesma dentro de uma sociedade que pretende ser democrática e economicamente forte. A educação também se traduz, conforme foi apontado anteriormente, em cidadania e qualidade de vida.

A educação, para Pino (2007), tem o poder de transformar o ser humano biológico em um ser humano cultural por meio da experiência social. E, nesse sentido, a educação escolar pode servir como meio de preparar as novas gerações para uma sociedade menos violenta a partir do ensinamento de valores. Pino (2007) também acredita que a educação pode não ser a solução definitiva contra a violência, mas sem a valorização da educação não será possível enfrentar os problemas da violência na sociedade atual. Portanto, é preciso valorizar a educação em todas as suas formas e com seus diferentes métodos para buscar uma sociedade que seja marcada pela igualdade e prosperidade econômica e social.

Na sequência do trabalho, serão abordados e aprofundados temas relativos à educação e sua importância na sociedade por diferentes pontos de vista, tratando do tema com uma perspectiva mais voltada para aspectos sociais e de formação humana e, mais adiante, para aspectos econômicos voltados para o mercado de trabalho. Por fim, ainda será apresentada uma perspectiva da educação e de sua relação com a criminalidade.

2.1 PROCESSO EDUCACIONAL CRÍTICO E CIVILIZATÓRIO

Antes do valor econômico gerado pela educação, o ensino já carregava consigo uma ideia de civilidade, geração de conhecimento e construção de valores. A educação é passada de geração em geração como um processo de transmissão de costumes, hábitos e experiências culturais.

Com o tempo, foi se transformando em um processo de aprendizagem científica, ocorrendo dentro de um ambiente escolar formal e, atualmente, segundo Oliveira (2009), a educação está se transformando em mercadoria. O autor indica que o sistema educacional, no mundo globalizado, foi absorvido pelo sistema econômico e que, hoje em dia, a educação luta para manter sua natureza educativa na sociedade. Ainda assim, a direção tomada pela educação nunca deixou de lado os processos mais humanos de preparo do aluno para a sociedade ao seu redor. Nesse sentido, mais do que nunca, a educação é capaz de gerar impactos positivos em diversos aspectos do mundo, seja em termos econômicos ou sociais.

Para Jacobi (2005), as práticas educativas devem estar voltadas para construção de hábitos, atitudes e práticas sociais. Bem como para a formação de competências e capacidade de avaliação nos alunos. Em um mundo globalizado e com novos temas vindo à tona, Jacobi (2005) defende que a educação precisa envolver novos aspectos da vida das gerações atuais e, por exemplo, dar a devida atenção às questões ambientais. A educação pode abordar problemas socioambientais, políticos e de caráter civilizatório. Ainda segundo o autor, é papel da educação fornecer aos educandos condições básicas para que o indivíduo consiga exercer seus direitos em uma sociedade política e democrática e para que seja capaz de assegurar sua dignidade nas estruturas sociais.

Marques (2008) dá sua contribuição para o tema ao relacionar educação, democracia e emancipação social. Sua visão dá conta de que o processo educacional pode contribuir com vivências democráticas na rotina de crianças e adolescentes e, a partir disso, seriam criados mais espaços para inclusão e emancipação social que, por sua vez, seriam importantes para a construção de relações igualitárias e mudanças sociais. A autora ainda constrói um raciocínio no qual o sistema educacional, como instituição da esfera pública, está inserido em uma sociedade política. Nesse caso, a política referida não é aquela limitada a um espaço determinado, mas é uma ideia que permeia todos os ambientes sociais. A partir disso, a visão é de que a educação se coloca nesse espaço político ao possibilitar a ampliação de oportunidades para o exercício democrático dos cidadãos.

Um dos mais notáveis educadores e filósofos do Brasil, Paulo Freire (1967) tratava como necessária uma reforma no processo educativo brasileiro, uma reforma que fosse além do limite pedagógico e que pudesse reverberar em termos econômicos e sociais. A educação deveria ser crítica e criticizadora e ser voltada para a tomada de decisão e responsabilidade social e política. O autor aposta no diálogo como a grande ferramenta para a mudança da sociedade democrática e a educação vai ao encontro dessa definição pois é o instrumento capaz de gerar responsabilidades sociais e pensamento crítico quanto à essência dos problemas.

Os jovens são inseridos na sociedade com diferentes histórias e contextos sociais e a educação, para além da sua característica científica, deve ajudá-los a ter uma consciência crítica da realidade. A educação deve, ainda segundo Freire (1967) colocar o educando diante do debate e das análises para que este se sinta um verdadeiro participante desse processo social.

O fio que aproxima os autores citados ao longo dos parágrafos anteriores é o da valorização da educação como processo fundamental para o desenvolvimento social de uma sociedade. Isso acontece por meio da construção de valores cívicos e democráticos. Além disso, é perceptível a importância dada para a educação no sentido de formação de novas gerações com pensamento crítico, amplo e ligado à responsabilidade política e social.

O contexto até então apresentado serve como base para o restante do desenvolvimento das ideias a serem apresentadas e debatidas ao longo do trabalho. Ainda que a direção tomada desse momento em diante seja de uma análise mercadológica da educação e da sua capacidade de elevar ganhos financeiros individuais e coletivos, é fundamental que os conceitos básicos de educação civilizatória permeiem a análise e sirvam como pilar fundamental para a valorização do estudo.

2.2 EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO

É possível prever que, para um indivíduo, quanto maior o seu nível educacional, maiores suas oportunidades de alcançar um emprego dentro da sociedade. Para Araújo e Borges (2000), é evidente, aos olhos do mercado de trabalho, que existe uma vantagem competitiva dos trabalhadores com melhor qualificação na busca por empregos. Ainda que o emprego não seja garantido, o mercado de trabalho irá valorizar o indivíduo com maior grau de escolaridade. Os autores acreditam que, em uma sociedade globalizada, o conhecimento se torna fator muito relevante quando se trata de competitividade no mercado de trabalho. Nesse sentido, as empresas passam a buscar nos trabalhadores altos níveis cognitivos para atender as exigências do mercado produtivo.

Estudos realizados por Seabra (2002) o permitiram afirmar que a escolaridade do indivíduo gera um efeito direto e positivo nos seus níveis de empregabilidade. Além disso, seu levantamento aponta para um crescimento contínuo no grau de empregabilidade de uma pessoa conforme aumenta o seu grau de escolaridade. Esse grau de escolaridade atinge seu ápice para cidadãos com ensino superior completo. Conforme uma pessoa recebe oportunidades de estudo - desde o ensino básico, passando pelos ensinos médio e fundamental, até chegar no ensino superior - aumentam suas chances de alcançar uma vaga de emprego que proporcione uma renda acima da média. Com uma renda maior, aumentam também as condições do cidadão elevar seu padrão de vida, participando do ciclo econômico de forma efetiva.

Segnini (2000) comenta que o grau de qualificação do trabalhador é valorizado e reconhecido pelas empresas por meio de hierarquia e salário dentro do ambiente de trabalho. Além disso, a relação empregatícia também faz parte dessa valorização. A qualificação do profissional, baseada no grau de escolaridade e formação profissional representa, portanto, uma relação de poder dentro das empresas e da própria sociedade. É importante destacar, entretanto, que a formação educacional e profissional, em países subdesenvolvidos como o Brasil, encontra obstáculos na informalidade, no desemprego, no analfabetismo e na exploração do trabalho, segundo Shiroma e Campos (1997).

Cada vez mais, é exigido especialização e conhecimento técnico elevado para preencher os cargos mais valorizados no mercado de trabalho. Nesse sentido, Alves e Gonçalves (2019) comentam que as universidades adotaram, ao longo do tempo, diretrizes de mercantilização da educação. Ou seja, as instituições de ensino superior, hoje em dia, têm seus ensinos voltados para os interesses das empresas, formando alunos com foco na entrada no mercado de trabalho.

A visão das autoras é bastante crítica em relação a esse movimento que, segundo Alves e Gonçalves (2019), leva as universidades a deixarem de valorizar o ensino como instrumento de transformação da sociedade, tornando-se instrumentos do capital. Mesmo contrárias a esse movimento, as autoras admitem que essa valorização do capital humano está presente nas universidades e identificam uma tendência de foco das instituições em preparar seus alunos para as exigências da sociedade capitalista.

Quando tratamos do Brasil, as dificuldades com a educação vão desde o analfabetismo até a evasão escolar em todas as etapas do desenvolvimento educacional, conforme veremos mais adiante no trabalho. Dessa forma, para que resultados positivos sejam alcançados em termos de emprego e renda para a população, são necessárias ações contínuas e assertivas no âmbito político-governamental. Essas ações não geram, necessariamente, resultados imediatos e exigem paciência para serem estabelecidas.

É importante ressaltar que o emprego e trabalho formal dentro de uma sociedade, além de gerar renda para o trabalhador também é um método de integração social. Em uma sociedade capitalista, a falta de renda, assim como o desemprego, estabelece ao indivíduo uma condição de exclusão social, criando obstáculos para a participação do mesmo na dinâmica da sociedade na qual está inserido, afirma Dupas (1998). O autor ainda indica que essa exclusão pode se dar em diferentes esferas, incluindo a falta de acesso à bens e serviços, segurança, justiça e cidadania.

Portanto, todos os aspectos aqui apresentados convergem para a necessidade da valorização da educação. Nesse sentido, o sistema educacional precisa ser capaz de unir questões sociais e econômicas na formação do indivíduo. É necessário que sejam abordados pontos relacionados à cidadania, participação política e transformações sociais, mas também é relevante que as instituições de ensino preparem os alunos para a sociedade capitalista na qual estão inseridos, sendo necessário formá-los para serem os profissionais do futuro.

2.3 EDUCAÇÃO E CRIMINALIDADE

A educação tem o papel social de gerar diversos benefícios para a sociedade contemporânea. Além de ser um direito fundamental do ser humano, é também uma prática que leva ao desenvolvimento social e econômico, podendo potencializar as capacidades das pessoas por meio da aprendizagem. Outra contribuição que deve ser atribuída à educação é a redução da violência. A criminalidade é alvo de estudos nas áreas da sociologia e da psicologia há muito tempo, mas, coube a Becker (1968), apresentar uma visão econômica e ligada ao bem estar para buscar explicar o comportamento criminal.

Segundo Becker (1968), a pessoa, antes de cometer um crime, mede o grau de risco dos seus atos, assim como analisa sua aversão a esse risco. O criminoso em potencial decide racionalmente tomar uma atitude fora da lei de acordo com os potenciais custos de uma punição pelo ato e com o benefício que pode ser gerado se o mesmo obter sucesso. Em suma, ainda de acordo com Becker (1968), o indivíduo mede o seu custo de oportunidade entre o mercado de trabalho legal e o mercado ilícito e busca maximizar sua função de utilidade. Seguindo nessa linha, é possível pensar a dinâmica da criminalidade em termos de capital humano. Quanto menor o nível de capital humano do indivíduo, menores os retornos financeiros via mercado de trabalho legal e, portanto, menor o custo de oportunidade para tomar uma decisão de substituir seu empenho no mercado lícito pela prática de algum crime.

O processo educacional, porém, não é só uma ferramenta que gera capital humano e, logo, insere o indivíduo no mercado de trabalho, evitando que o mesmo cometa crimes. É papel da educação forjar o desenvolvimento moral e ético do cidadão, construindo valores, costumes e hábitos que afetam os custos morais individuais e coletivos da criminalidade.

A educação formal, assim como os processos educacionais que envolvem esporte, lazer e cultura podem ser armas poderosas contra a inserção de jovens no ambiente da ilegalidade. Quanto maior a negligência em relação a esses fatores, menor será a inclusão desses jovens no ambiente social e isso, ligado a outros fatores, contribui com a conversão das pessoas na criminalidade.

O ambiente escolar, portanto, se mostra fundamental ao ser capaz de conectar o aluno com sua realidade e disponibilizar um ambiente saudável de aprendizado para acolher as pessoas e proporcionar um bom nível de aprendizado. É necessário mirar a raiz dos problemas e tomar atitudes institucionais e governamentais para tornar a educação uma fonte de formação de jovens intelectualmente capacitados, socialmente incluídos e com seu tempo ocupado com diversos tipos de atividades dentro das suas comunidades. Dessa forma, é possível aumentar a distância entre os adolescentes e o mundo da criminalidade.

Outro aspecto importante e que vai ao encontro das análises até então apresentadas é o que se refere ao abandono das atividades educacionais. A evasão escolar é um problema social recorrente e que pode contribuir para o acesso dos jovens no mundo da criminalidade, especialmente em ambientes carentes e marcados por baixa escolaridade, como é o caso de diversas regiões do Brasil.

Quando a socialização do aluno não acontece em sala de aula devido a evasão escolar ela irá acontecer de alguma outra forma. Por vezes, a depender do ambiente social, a criança que se afasta da escola é recrutada na sua região para ambientes de criminalidade e sua socialização se dá dentro dessa esfera violenta e isso resulta em uma conexão muito mais forte com o mundo do crime do que com o mundo da educação formal.

Segundo Monteiro e Arruda (2011), as condições econômicas e sociais são um fator preponderante na ocorrência do abandono da sala de aula. Os autores apontam que escolas localizadas em regiões urbanas dominadas pelo tráfico de drogas são o ambiente mais favorável à evasão escolar seguida de inserção na criminalidade. O ambiente hostil no qual o jovem das classes sociais de baixa renda está inserido contribui com a produção de obstáculos que freiam a inserção social. É fundamental que a escola seja parte atuante desse processo de encaixe do aluno na sociedade, mas as instituições pedagógicas, por si só, não têm capacidade de manter o jovem dentro da sala de aula do início ao fim de cada ciclo educacional.

O problema central que precisa ser necessariamente observado e atacado com políticas públicas é o da desigualdade econômica e de oportunidades. O ambiente educacional é uma das partes que compõe a soma de fatores que ajuda a reduzir a desigualdade e, para isso, é necessário que seja ofertada uma educação de qualidade e em grande escala.

Portanto, a educação serve como ponte para redução de desigualdades, além de criar ambientes propensos a reduzir os índices de criminalidade de determinada região. Um sistema educacional de qualidade e que ocupe o tempo dos seus alunos de forma integral é capaz de afastar os mesmos da prática de ilegalidades e fomentar o desenvolvimento de cidadãos aptos para o bom convívio dentro da sociedade.

Quanto maiores os índices de evasão escolar, maiores as chances de que os jovens adentrem em ambientes de criminalidade cometendo delitos e fazendo parte de esquemas de tráfico nas suas comunidades, especialmente em países subdesenvolvidos e, mais especificamente, em regiões marginalizadas pelo poder público. A desigualdade sistemática está no cerne da questão econômica, social e criminal ao redor do mundo e a educação é uma força capaz de contribuir com a redução das desigualdades.

3 RELAÇÃO ESCOLARIDADE RENDA

Ao buscar respostas para a existência ou não de uma associação positiva entre índices de escolaridade e de renda dentro da sociedade, outras questões vêm à tona e os estudos se deparam com diferentes variáveis que se aproximam dessa relação. A escolaridade será vista, ao longo dos próximos capítulos, como um gerador de externalidade potencialmente positiva para os níveis de emprego, renda, oportunidades no mercado de trabalho e participação social.

Nesse sentido, Barros e Mendonça (1995) identificaram que, no Brasil, cada ano adicional de educação pode elevar o nível salarial em aproximadamente 15% e que o nível do ano adicional de escolaridade influencia nessa elevação da renda. Um ano a mais no primeiro grau (atual ensino fundamental) é menos valorizado que um ano a mais de ensino superior. Ou seja, quanto mais alto o nível do ano educacional adicionado ao currículo do brasileiro, maiores são suas expectativas de ganhos em termos salariais.

Mas, para que o aluno tenha a possibilidade de chegar ao nível superior, é preciso se certificar de que ele conclua todos os processos, do nível básico ao médio, e que, a partir disso, surjam oportunidades, vagas e incentivo na sociedade para iniciar um curso universitário.

Langoni (1973) é outro autor a apontar a existência de uma influência relevante entre as diferenças em educação e os níveis individuais de renda. O autor ainda afirma que a educação como forma de acumulação de capital humano é fundamental do ponto de vista social e de desenvolvimento econômico. A educação, ainda segundo Langoni (1973), apresenta dois efeitos básicos no indivíduo. Aumento da sua produtividade marginal e da sua capacidade de absorver informações. Ambas características são valorizadas no mercado de trabalho e podem render a um trabalhador níveis de salário mais elevados em relação a outro com menor instrução.

Ainda dentro desse debate, Langoni (1973) apresenta uma noção de que filhos de famílias ricas têm mais estímulos para permanecer dentro do ambiente escolar por mais tempo já que não há, nessas famílias, um significativo “sacrifício” de renda por não ingressar precocemente no mercado de trabalho. Enquanto isso, no caso de famílias mais pobres, o custo de oportunidade é calculado de forma mais imediatista devido à necessidade de obtenção de renda de forma rápida. Ou seja, filhos de famílias pobres têm mais estímulo para ingressar precocemente no mercado de trabalho, reduzindo os anos adicionais na escola. Nesse caso, o processo de escolhas individuais para estudar ou trabalhar está essencialmente ligado ao status social da sua família.

Portanto, existe, em países como o Brasil, um ciclo vicioso a ser quebrado, pois a falta da educação gera rendimentos baixos para as famílias e essa falta de poder econômico é capaz de afastar os jovens da educação pois as famílias não podem esperar o final do ciclo escolar dos filhos para ter neles uma nova fonte de renda.

3.1 CAPITAL HUMANO E INCENTIVO À EDUCAÇÃO

A teoria do Capital Humano estabelece empiricamente a ideia de que quanto maior o nível de escolaridade, mais elevados serão os salários do indivíduo. Essa dinâmica estudada, apresentada e inicialmente divulgada ao longo das décadas de 1960 e 1970 estabelece também uma relação do capital humano com o desenvolvimento econômico e social. Dessa forma, é possível começar a traçar as relações fundamentais que se manifestam ao ligar os conceitos de educação, renda, capital humano, desenvolvimento e desigualdade.

Segundo Viana e Lima (2010), a teoria do capital humano aponta que a educação tem diversas influências positivas na sociedade, como aumento da produtividade, dos salários e do progresso econômico. Schultz (1961) e Becker (1964) foram pioneiros no estudo do capital humano como variável relevante para o crescimento econômico, já que, anteriormente, o foco era muito mais voltado para o capital físico, como máquinas e equipamentos.

Becker (1994) ainda afirma que o capital humano se forma a partir das capacidades produtivas adquiridas pelo cidadão ao longo de sua vida por meio da acumulação de conhecimentos. Dessa forma, a educação, para o autor, está no centro do processo de fomento do capital humano e cabe ao indivíduo tomar as decisões certas no sentido de investir na própria educação.

Viana e Lima (2010) concluem que o investimento e crescimento do capital humano melhora o nível de renda pessoal dentro das famílias por meio do ganho de produtividade dos indivíduos. Por consequência, esse aumento de renda traz consigo elevação do bem estar social, não só para os trabalhadores beneficiados pelo seu aumento de capital humano, mas pela sociedade como um todo.

A teoria do capital humano pode ser colocada como ponto de partida para o início do debate que remete à relevância da educação. Schultz (1961) apontava para o capital humano e sua valorização como uma peça chave para o crescimento econômico buscado pelas nações daquela época. Ao longo dos anos, diversos autores se debruçaram sobre o tema da educação e sua relação com a economia de uma nação. Becker (1964) e Schultz (1961), ao tratarem do tema, dão maior ênfase para a construção da educação como formadora de capital humano

qualificado para suprir as necessidades do mercado de trabalho. Nesse sentido, as instituições de ensino precisam conhecer as exigências dos empregadores e voltar sua atenção para formação de indivíduos que atendam as demandas da sociedade. As etapas mais importantes para esse tipo de formação profissionalizante são o ensino superior e o ensino técnico.

Focado em uma visão neoclássica voltada para a mão de obra qualificada, Becker (1964), valoriza a necessidade do desenvolvimento de habilidades industriais nas escolas. Segundo o autor, esses ambientes são instituições de ensino especializadas na produção de treinamentos, seja ela uma escola para barbeiros que é especializada em um único tema ou uma universidade que gera conhecimentos mais diversificados.

Ainda na sua pesquisa voltada ao capital humano e sua relação com o desenvolvimento dos países, Becker (1964) apresenta a ideia de que aumentos de capital humano geram aumentos de investimento no desenvolvimento de novas tecnologias e, conseqüentemente, tornam mais viável o crescimento das indústrias de pesquisa e desenvolvimento. Isso acontece em razão do aumento de produtividade e do progresso técnico da sociedade. A capacitação da força produtiva tem reflexos no desenvolvimento de inovações por meio da acumulação de aprendizado tecnológico. Essa seqüência de movimentos, que vão desde o aumento do capital humano até o desenvolvimento tecnológico, não é uma relação imediata, de curto prazo ou facilmente identificável, mas está presente na realidade dos países como uma força econômica e social que tem potencial de colaborar com o desenvolvimento.

Podemos ainda destacar outro trecho da obra de Schultz (1961) que apontava, já na década de 1960, a importância e a necessidade de se ter um olhar voltado para o investimento em capital humano, não apenas pelos governos, mas, inclusive, por parte do próprio mercado. O autor indica que aumentos de investimento públicos e privados na educação trariam retornos futuros positivos em termos individuais com aumentos de salário e sociais com o aumento da produção. Essa característica da educação de ser um meio de formação de profissionais mais qualificados e capazes de contribuir com o desenvolvimento e agilidade da produção tende a incentivar instituições privadas a dar cada vez mais atenção para o sistema educacional com investimentos e fomento à formação profissionalizante dos indivíduos dentro da sociedade. Schultz (1961) ainda defende a mudança das leis tributárias e práticas bancárias para que fossem viabilizados de forma mais rápida e fácil empréstimos públicos e privados de longo prazo para os estudantes.

3.2 DESENVOLVIMENTO E CAPITAL HUMANO

Ao longo do tempo, o sistema capitalista passa por certas transformações tecnológicas e produtivas que exigem adaptação e mudança no perfil da oferta e demanda por mão de obra. Em um mundo globalizado, Ponchirolli (2000) relata que as empresas passaram a buscar reformulações nas suas estruturas produtivas. Isso levou a uma substituição de princípios fordistas de produção por métodos de trabalho que valorizam a flexibilidade frente a mudanças.

Ponchirolli (2000) encara a globalização como um fenômeno capaz de alterar os paradigmas tecnológicos pré-existentes. O sistema produtivo se modificou com o advento de inovações nas áreas da informática, telecomunicações, biotecnologia, entre outros. O autor entende que, nesse contexto, a qualificação do capital humano passa a ser uma exigência do mercado, pois a economia passou a basear-se no processamento de informações. Portanto, cidadãos estudados e especializados são fundamentais na nova economia que vem surgindo.

Schultz (1961), já na década de 1960, entendia que o acúmulo de capital humano era peça fundamental para o processo de crescimento econômico no longo prazo. Nakabashi e Figueiredo (2008) corroboram essa afirmação e apontam, conforme seu estudo, que o capital humano possui efeito na difusão de tecnologias ao redor do mundo. As novas tecnologias, ao serem introduzidas, são capazes de mudar processos produtivos para modelos mais eficientes e que se adequam às novas demandas da sociedade e do mercado. Spinelli (2015) se refere ao capital humano como meio pelo qual as empresas podem adquirir diferenciais competitivos seja por meio tecnológico ou organizacional. O capital humano, com toda sua potencialidade, é, para Spinelli (2015), a ferramenta mais importante atualmente para potencializar inovações, lucratividade e sucesso organizacional. A autora reitera ainda que a empresa que investe no capital humano de seus funcionários está investindo também na qualidade dos seus produtos e serviços.

Em meio a todas essas transformações, os trabalhadores estão no centro do debate e recaí sobre eles a necessidade de se atualizar para ocupar os diferentes tipos de vagas que o mercado passa a oferecer. As habilidades requeridas estão constantemente se modificando e as exigências deixam de ser apenas de conhecimento técnico e passam a também a estar relacionadas com aspectos comportamentais e inovativos, para Spinelli (2015).

O desenvolvimento tecnológico tem papel fundamental nessa dinâmica e acaba por afetar diretamente os trabalhadores pois o avanço da tecnologia resulta em substituição de mão de obra não qualificada. Dessa forma, o desenvolvimento, no mundo globalizado, é marcado pela necessidade de que o empregado tenha alto nível de qualificação, exerça atividades

diversas e tenha capacidade de se adaptar rapidamente. O perfil da força de trabalho muda e se adequa com o passar do tempo e a eficiência produtiva está sempre atrelada a essa capacitação do trabalhador, em maior ou menor escala. Em uma economia globalizada e extremamente competitiva, um olhar atento para o aumento do capital humano dos cidadãos pode ser fundamental para contribuir com o desenvolvimento de uma nação.

Pereira (2003) trata como universalmente reconhecida a importância do capital humano para a sociedade, destacando o investimento em educação como indutor para o crescimento da produtividade e da capacidade de auferir renda. Além do investimento em capital humano, o autor comenta sobre a importância de que sejam feitas ações em saúde e nutrição para que seja possível um aumento do bem-estar do trabalhador e de sua família. O crescimento econômico, portanto, está atrelado ao desenvolvimento do capital humano por meio da educação. Porém, os efeitos do investimento em capital humano só serão efetivamente sentidos se o mesmo for feito com qualidade e quantidade suficiente, a fim de impactar positivamente a economia.

De forma complementar, para o mercado de trabalho, a educação deve ser tratada como meio de entrar, se perpetuar e crescer no mundo do trabalho. A qualificação da mão de obra começa com a alfabetização e não abandona o trabalhador até sua aposentadoria. Essa qualificação profissionalizante tão necessária para o desenvolvimento deve ir ao encontro das novas exigências e demandas do mercado para que o investimento em capital humano tenha uma justificativa clara e objetiva.

Segundo Pinheiro (2004), vivemos em uma época onde existe escassez de trabalho no modelo fordista e crescimento no número de postos de trabalho qualificados nos quais o poder de reflexão e de tomada de decisão ganha relevância.

Sintetizando a ideia geral, pode-se afirmar que o desenvolvimento econômico e social das últimas décadas está vinculado com as revoluções produtivas que se somam e se alimentam até os dias atuais. Essas mudanças têm como um dos pilares a força de trabalho que precisa se atualizar e se modificar de acordo com as necessidades do mercado. Nesse contexto, a modernização e a globalização do mundo estão tornando cada vez mais necessário um trabalhador qualificado e atualizado, enfatizando a relevância do capital humano.

Existem, portanto, diversos efeitos possíveis de serem alcançados em termos individuais e coletivos por meio do aumento do nível de educação e do capital humano dos cidadãos. Alguns dos efeitos, inclusive, se combinam e atuam conjuntamente de forma específica para cada indivíduo e de forma geral para a sociedade.

Conforme Ponchirolli (2000), novos conhecimentos desenvolvidos a partir do fomento de capital humano trazem consigo novas tecnologias que conduzem a sociedade para mudanças

de escopo financeiro, social e político. Essa dinâmica também abrange aumentos de qualificação e do salário dos trabalhadores. Esses fatores possuem a capacidade de se retroalimentar e gerar benefícios diretos e indiretos para a sociedade.

3.3 CRÍTICAS A TEORIA DO CAPITAL HUMANO

A teoria do capital humano aponta que a educação qualificada traz um aumento de produtividade na sociedade e, com isso, salários maiores para os trabalhadores. Os benefícios de uma taxa de aumento no capital humano, também estariam ligados ao progresso econômico e ao desenvolvimento da sociedade. Giménez (2003) trata do capital humano diferenciando-o em inato, aquele que se refere a aptidões físicas e intelectuais e que podem ser modificados de acordo com o meio, e adquirido, que se desenvolve por meio da educação e das experiências.

A teoria do capital humano faz parte de um conjunto de ideias dominantes no campo econômico, mas, como era de se esperar, suscita críticas e debates ao seu redor. É preciso evidenciar as controvérsias a esse respeito para melhor compreender o fenômeno de uma teoria que surgiu em meados dos anos 1950 e se estabeleceu nas décadas seguintes.

Um dos pontos chave da crítica está ligado à noção de que o conceito de capital humano traz uma ideia de que há uma responsabilidade individual muito grande nos problemas estruturais de desemprego ou de desempenho no trabalho, segundo Costa e Brandão (2018). Os autores apontam que, se a especialização é um dever próprio do cidadão, quando o mesmo não obtém a renda que deseja proveniente do trabalho é porque não houve esforço suficiente. Ainda nesse sentido, para Costa e Brandão (2018), a teoria referida encontra um alicerce na meritocracia ao justificar o sucesso e o fracasso de forma individual, sem trazer à tona a importância do contexto social presente na vida de cada trabalhador e sua família.

Mais um ponto que compõe a crítica está no sentido mercadológico com que a educação é tratada. A noção educacional, na teoria do capital humano, vai ao encontro das necessidades econômicas da sociedade e do próprio mercado. Isso abre espaço para o aumento da tecnificação da educação, em detrimento da pedagogia no sentido social e civilizatório. Para Oliveira (2009), a educação, portanto, se transforma em atividade mercantil.

Oliveira (2009) reforça que o processo, já em curso, de voltar o foco do sistema educacional para os interesses do lucro empobrece o sentido social da educação. O autor entende que, quanto maior a liberdade de trânsito do capital financeiro sobre a educação, maior a penetração dos interesses privados no setor e menor a importância dada para o caráter social da educação.

Frigotto (2008) vai além e caracteriza a teoria do capital humano como uma produção intelectual burguesa que aponta para as desigualdades entre nações, grupos e indivíduos sem dar luz ao que efetivamente produz essa desigualdade. O autor explica que, na década de 1950, com os primeiros estudos de Schultz, foi possível para a teoria neoclássica estabelecer o motivo do agravamento da desigualdade na época. O fator capital humano passou, então, a ser parte da função de produção dos marginalistas para ajudar a explicar os diferenciais de desenvolvimento.

Dando sequência ao seu raciocínio, Frigotto (2008) critica a noção de capital humano pois os pilares liberais que sustentam esse conceito não revelam o processo histórico que distorce a ideia de que todas as pessoas aparecem com iguais condições diante da sociedade. Outro ponto levantado por Frigotto (2008) é de que a teoria apresentada não é capaz de responder de forma satisfatória a seguinte questão: os países subdesenvolvidos e os indivíduos pobres e de baixa renda assim o são porque têm pouca escolaridade ou têm pouca escolaridade porque são subdesenvolvidos e pobres?

Mesmo sem aparecer nos estudos dos economistas liberais, a resposta para essa questão, para Frigotto (2008), está vinculada ao processo histórico que ocorre com os países subdesenvolvidos desde os primórdios das relações mercantilistas e capitalistas. As nações hoje consideradas mais pobres sofreram com colonização, expropriação de recursos naturais e violência social, cultural e política por parte dos seus colonizadores.

Portanto, apesar de hegemônica e atual, a teoria do capital humano não está alheia a críticas. A visão dos precursores dessa ideia está atrelada a pressupostos do arcabouço teórico do liberalismo econômico e isso, por si só, já fomenta várias possibilidades de discordância. As relações capitalistas, historicamente assimétricas entre diferentes nações e indivíduos, são apontadas como um dos cerne da questão da desigualdade no mundo. A ideia de que os economistas que fundaram a teoria do capital humano não se dedicaram a promover o debate sobre as questões socioeconômicas pré-existentes acaba sendo um dos focos da crítica.

Pochmann (2004) formula a ideia de que o capital humano não tem papel independente e autônomo em termos de mobilidade social. O autor cita que, contrariando a teoria estabelecida, elevação dos níveis de escolaridade em uma sociedade não são sinônimo de desenvolvimento e geração de trabalho. Quando outros fatores não se fazem presentes na dinâmica da sociedade, o aumento do capital humano por si só não consegue produzir melhoras para uma nação. A educação não terá real importância no desenvolvimento de uma sociedade se ainda existirem quadros de estagnação econômica, baixo investimento em tecnologia e precarização do mercado de trabalho, para Pochmann (2004).

Carvalho (2012) faz sua crítica a teoria do capital humano ao colocar diante do leitor a ideia de que essa teoria distorce o significado de “humano” pois trata o indivíduo como uma máquina que necessita ter suas habilidades e competências aumentadas via educação para servir ao propósito do mercado de trabalho. A autora ainda indica que, na prática, uma sociedade que se propõe a colocar o capital humano como protagonista está intencionalmente desvalorizando a formação integral dos seus jovens. Ao mesmo tempo, o que acontece é a transformação do sistema educacional em um criador de “robôs humanos motivados” que servem para a reprodução do capital financeiro.

Um último ponto a ser apontado neste capítulo dá conta da realidade contemporânea, na qual as características do trabalhador são tratadas como seus ativos que precisam ser valorizados e geridos pelo próprio funcionário. Isso, segundo Costa e Brandão (2018) coloca o indivíduo em um patamar semelhante ao de uma empresa e traz a noção muito atual de empreendedorismo que é vendida como sendo positiva pelo mercado, mas que, na verdade, é um meio de precarizar o trabalho e retirar direitos dos empregados.

É importante ressaltar que a teoria do capital humano coloca grande ênfase na educação de forma quantitativa, em termos de anos de escolaridade, mas não se propõe a uma discussão mais profunda sobre qualidade do sistema educacional. Esse ponto será abordado no decorrer do trabalho quando o tema da pandemia de COVID-19 entrar em debate. Nesse momento serão discutidas questões que colocarão frente a frente as diferenças entre escolas públicas e privadas no Brasil. Assim será possível visualizar a influência da qualidade e da estrutura educacional que diferencia essas instituições públicas e privadas.

As críticas aqui apresentadas representam um contraponto necessário à teoria do capital humano que se estabeleceu de forma hegemônica nos dias de hoje. Essa ponderação contrária ao pensamento neoliberal expõe algumas das divergências que existem entre os autores que se dedicam a valorização do capital humano e aqueles que enxergam essa teoria como um meio de desvalorizar o papel social da educação para gerar jovens críticos e participativos na sociedade.

O presente trabalho não se propõe a validar alguma das teorias ou apontar determinado pensamento como correto. Nesse sentido, a apresentação de uma crítica à teoria do capital humano se faz presente como tentativa de enriquecer o debate e trazer à tona pontos de vista discordantes que estão em constante debate nos meios educacionais e econômicos.

A economia não se apresenta como uma ciência exata e o debate de ideias distintas e, por vezes, opostas pode ser visto de forma constante no campo da economia. A teoria do capital humano não foge a essa realidade, sendo ponto de partida para discussões de caráter econômico,

social e, inclusive, educacional, como visto ao longo do capítulo. Diferentes visões do tema são colocadas frente a frente desde que a teoria surgiu e o cenário permanecerá o mesmo ao longo dos próximos anos.

4 EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE NO BRASIL

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem cerca de 213 milhões de habitantes e 6,6% dos maiores de 15 anos eram analfabetos no levantamento de 2019. No quarto trimestre de 2022 o país registrava 11,1% de desempregados, mas chegou ao pico de 14,9% no início de 2021.

Ainda segundo dados do IBGE (2021), os cidadãos brasileiros que fazem parte do 1% mais rico do país têm uma renda mensal quase trinta e cinco vezes maior do que a metade mais pobre da população. Enquanto os que fazem parte do 1% mais rico receberam, em 2021, uma média de R\$15.816, os brasileiros entre os 50% mais pobres tiveram renda mensal média de R\$453, o que representa menos da metade de um salário mínimo.

As desigualdades no Brasil têm relação com a cor da pele, o gênero e a região do país. Dados do IBGE (2021) mostram que no Maranhão, Estado da região Nordeste, a renda mensal domiciliar per capita é de R\$635. Enquanto isso, no Estado de São Paulo, no Sudeste do país, o valor é quase 3 vezes maior, chegando a R\$1.836. A desigualdade de renda presente no Brasil pode ser retratada também pelas taxas de analfabetismo entre pessoas com pelo menos 15 anos de idade. O IBGE (2021) aponta que, em 2019, a região Sudeste apresentava um analfabetismo de 3,3%, assim como a região Sul. Por outro lado, a região Nordeste tem uma taxa de analfabetismo de 13,9%, sendo essa a maior do país.

O nível de instrução das pessoas com 25 anos ou mais de idade é de, no máximo, ensino médio incompleto para 51,1% dos brasileiros. O nível mais alto de instrução, o ensino superior, conta com uma parcela de 17,4% da população o tendo completado.

Os dados apresentados até aqui são uma pequena amostra das desigualdades existentes no Brasil do século XXI e os números em si são apenas resultado de um processo de desenvolvimento tardio e assimétrico do país. A disparidade de renda entre as regiões se conecta com os índices de analfabetismo, segundo os dados do IBGE (2021), e, a partir dessas informações, é possível criar uma conexão entre a desigualdade econômica e a sua relação com os índices educacionais no país.

Seja no Brasil ou em qualquer outro lugar do mundo, a educação serve como força motriz do desenvolvimento individual e coletivo e é uma arma importante para redução da desigualdade, segundo Reis e Barros (1990). A valorização da escola em uma sociedade deve ser sempre alvo das políticas públicas e um aumento quantitativo e qualitativo dos níveis educacionais é ponto fundamental para transformar positivamente uma nação, tanto no sentido social quanto econômico.

Escolaridade e renda são conceitos que caminham paralelamente na sociedade contemporânea e não se pode pensar em elevação da renda, melhores oportunidades de emprego ou mesmo consolidação no mercado de trabalho formal sem um nível educacional condizente com a exigência do mercado. Sendo assim, o desenvolvimento econômico precisa, necessariamente, estar ligado a um olhar crítico em relação à educação, buscando melhorar o sistema de ensino e conectar os alunos com o ambiente da sala de aula, principalmente nas regiões mais pobres e com índices de pobreza, analfabetismo e criminalidade elevados.

O Brasil, como já foi apresentado, é um país desigual e com graves problemas relacionados à educação. O território nacional conta com uma diversidade de pessoas e contextos sociais e está sujeito a um sistema meritocrático que premia as pessoas com maior capital humano e com habilidades mais desenvolvidas para servir ao mercado de trabalho. Portanto, é de suma importância que os níveis educacionais sejam elevados e que as pessoas tenham acesso à educação de qualidade que desempenhe um papel social para a comunidade e que prepare os cidadãos para os postos de trabalho oferecidos.

4.1 TEORIAS DE RENDA E ESCOLARIDADE

O processo de desenvolvimento econômico no Brasil, assim como nos demais países, pode ser medido em termos quantitativos diretamente relacionados com o nível de produção que a região é capaz de atingir e também em termos qualitativos, com a melhoria de certos indicadores que medem a qualidade de vida da sua população. Países considerados desenvolvidos economicamente têm IDH alto, boas taxas de qualidade de vida para sua população, baixa mortalidade, altos níveis de escolaridade entre os cidadãos e renda média suficientemente razoável para que seja mantido um padrão de vida alto entre as famílias.

O Brasil do século XXI está marcado por mudanças políticas, econômicas e sociais muito relevantes para a história recente do país. Ainda assim, a questão educacional ainda apresenta certos problemas que influenciam diretamente a renda e sua distribuição entre os brasileiros. Especialistas estudam e discorrem a respeito desse tema há muitas décadas no país.

Em seu estudo sobre distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil, Langoni (1973) trata sobre a educação projetando a importância da mesma e dando luz a influência das diferenças da educação nos níveis de renda dos indivíduos no país. Segunda sua tese, o crescimento do Brasil não foi equilibrado nem homogêneo e a expansão da demanda derivada por mão de obra acabou beneficiando aqueles que tinham maior qualificação. Langoni (1973) fez um trabalho que visava investigar as desigualdades entre os rendimentos no mercado

de trabalho e sua relação com aspectos como educação, região, idade e sexo. O autor usou dados dos censos demográficos das décadas de 1960 e 1970 para, econometricamente, buscar uma variável independente que melhor explicasse a desigualdade de renda.

Os resultados da pesquisa apontam para a diferença nos níveis educacionais como fator mais importante para explicar a desigualdade de renda no Brasil da época. Segundo o estudo, a contribuição marginal da educação para a variação de renda subiu 33% ao longo das duas décadas que tiveram seus dados analisados. O setor terciário da economia, responsável por comércio e prestação de serviço, é o que mais sofre influência da variável educação. Langoni (1973) ainda aponta como sugestão para o caso brasileiro que o Estado eliminasse a gratuidade do ensino superior por conta dos seus custos muito elevados. O ideal, segundo o autor, seria um financiamento da educação superior por intermédio de um Banco de Educação que seria pago a partir do momento que o cidadão adentrar o mercado de trabalho.

Os recursos não utilizados pelo governo com a educação superior estariam liberados para alocação em outros níveis da educação que tem rentabilidade social mais elevada. Dessa forma, o ensino superior poderia ter uma expansão saudável em qualidade e quantidade e os demais níveis educacionais públicos também acabariam beneficiados com mais recursos. O pioneirismo de Carlos Langoni foi sucedido por outros autores que se debruçaram sobre o tema da educação e desigualdades no Brasil.

Segundo Reis e Barros (1990) a relação existente entre salário e educação nos países em desenvolvimento é relevante e torna visível o conceito de que a educação como atributo individual é o fator principal para que sejam explicadas as desigualdades de renda. Os autores ainda afirmam que essa ligação entre educação e desigualdades é mais acentuada em países em desenvolvimento do que em países desenvolvidos por conta de dois fatores. O primeiro dá conta de que países em desenvolvimento apresentam diferenciais de renda por nível educacional maiores. O segundo fator apresentado é que países em desenvolvimento tendem a ter uma distribuição educacional mais desigual e, portanto, as desigualdades acabam por ser reforçadas.

Ainda segundo o estudo de Reis e Barros (1990), a educação explica cerca de 50% da diferenciação de salários no Brasil. Ou seja, o levantamento dos autores aponta que, tudo o mais constante, poderia ser alcançada uma redução de 50% na desigualdade salarial do país apenas com a eliminação dos diferenciais salariais por nível de educação.

Um estudo mais recente, realizado por Barbosa Filho e Pessoa (2008), tinha como objetivo calcular a taxa de retorno (TIR) da educação no Brasil entre os anos de 1980 e 2004. A TIR, para os autores, representa o diferencial positivo de salário que será alcançado pelo indivíduo a partir de um ano extra de educação.

O trabalho conclui que a TIR do investimento em educação no país é elevada e, aplicando seu método de cálculo para os diferentes ciclos educacionais, foi possível observar que as taxas do ensino primário e primeiro grau (atual ensino fundamental) estão acima de 10%. Enquanto isso, a TIR do ensino médio no período chegou a 14%, mantendo uma média similar entre a década de 1960 e o ano de 2004. Por fim, foi apontado que a taxa de retorno do ensino superior teve um salto, saindo de 5% nos primeiros anos de análise para 14% no último período. Portanto, o estudo dos autores aponta que existe benefício no nível salarial conforme os anos de estudo do cidadão no Brasil vão aumentando.

Todos esses dados, segundo Barbosa Filho e Pessôa (2008), são indicativos de que o investimento em educação no Brasil é atrativo pela taxa de retorno apresentada e é rentável quando tratamos da educação em termos de benefícios para a sociedade. O trabalho ainda cita, mesmo que brevemente, que, além da produtividade alcançada por meio dos anos adicionais de escolaridade, ainda existem benefícios vindo da educação no combate à criminalidade no país.

Todos os indicativos aqui analisados apontam para o mesmo caminho, o de que a educação é fundamental para um crescimento econômico mais homogêneo e que contribua para a redução das desigualdades salariais entre diferentes tipos de pessoas. Além disso, os estudos dos autores anteriormente citados que dedicam seus trabalhos para a relação renda e educação no Brasil vão ao encontro das noções auferidas por economistas ao redor do mundo.

Ainda sobre o caso brasileiro, Menezes Filho (2001) apresenta dados que indicam que o indivíduo com ensino fundamental completo recebe, em média, um salário três vezes maior do que o cidadão analfabeto. Além disso, o primeiro ano do ensino superior gera um retorno salarial de cerca de 150% a mais para quem chegou nesse nível em relação a quem tem apenas o ensino médio completo. Esses números indicam a realidade da educação como determinante para a renda das pessoas e para as desigualdades salariais dentro da sociedade.

O levantamento ainda aponta questões importantes para a realidade brasileira, como o fato de que a distribuição educacional mal feita no país afeta principalmente os grupos mais vulneráveis economicamente, seja em termos regionais ou étnicos. Nesse sentido, Menezes Filho (2001) trata do atraso na evolução educacional do Brasil como função da redução da porcentagem de alunos que fazem a transição do ensino médio para o ensino superior (ressalta-se que os dados aqui analisados pelo autor dão conta do período entre as décadas de 1970 e 1990) e da evasão escolar entre os alunos de famílias mais pobres, que acabam por abandonar os estudos antes mesmo da conclusão do ensino fundamental pelos mais diferentes motivos.

Outros aspectos da situação do Brasil que podem ser analisados para o período recente fazem referência ao Índice de Gini e sua trajetória no país. Em sua dissertação, Pinto (2017)

levantou dados a respeito desse índice para o período entre 1976 e 2013 que apontam para um momento de concentração de renda em ascensão entre a segunda metade da década de 1980 até a segunda metade da década seguinte. As desigualdades indicadas, entretanto, passam a ter uma forte queda a partir do final dos anos 1990 e seguem essa tendência até o final do período analisado. O índice, que vai de 0 (distribuição de renda perfeita) até 1 (completa desigualdade), estava em cerca de 0,6 no ano de 1996 e, com as quedas sistemáticas, chegou a cerca de 0,52 em 2013.

Segundo a autora, essa redução na desigualdade durante o período começou com o fim da hiperinflação registrada em meados da década de 1990, com a criação de programas de transferência de renda e com uma melhora no quadro educacional do país. Houve nesse período um aumento do número médio de anos de estudo da população, reduzindo, assim, o grau de informalidade nos postos de trabalho e melhorando a qualidade da força de trabalho do país.

Além disso, um dos fatores mais importantes a ser considerado para o caso brasileiro são as dimensões continentais do país e as diferenças sociais, econômicas e culturais existentes nas mais distintas regiões do país. Levando em consideração esses aspectos, Fernandes (2001) contribuiu com o tema apresentando a necessidade de que as políticas voltadas para a educação no país não sejam padronizadas. Sua posição é de que as diferenças regionais devem ser tratadas com atenção para que as políticas públicas se atentem às diferenças e desigualdades regionais e sejam fundamentadas por conhecimento profundo das realidades locais. Qualquer coisa diferente disso, buscando uma padronização das políticas educacionais por todo o território brasileiro irá manter ou aprofundar as desigualdades já encontradas, sem contribuir com a redução das distâncias no nível de ensino pelo território do país.

4.2 AVANÇOS E DESEQUILÍBRIOS NA EDUCAÇÃO

A educação é fonte de desenvolvimento humano, social e econômico ao ser uma promotora de oportunidades para os cidadãos. Quando não há um direcionamento correto para o sistema educacional nem tampouco universalização do ensino, podem ser esperadas consequências graves no tecido social de um país ou região.

É fundamental que a educação chegue para todas as crianças e adolescentes de forma universalizada, buscando, em casos como o do Brasil, eliminar o analfabetismo, mas também é necessário pensar nos aspectos qualitativos, construindo um sistema educacional completo e qualificado para preparar os alunos da melhor forma possível dentro das diretrizes educacionais do país. Dessa forma, se faz importante acompanhar a evolução do nível de escolaridade no

Brasil e identificar como as mudanças na educação influenciam o comportamento social e econômico do país.

Castro (2009), fez um levantamento que apontou para um crescimento de 0,14 pontos percentuais (p.p.) ao ano do número médio de anos de estudos da população brasileira entre os anos de 1992 e 2007. Sendo assim, foram necessários sete anos para que o Brasil apresentasse crescimento de um ano de escolaridade na média nacional e quinze anos para um crescimento de dois anos na média. O estudo vai além e Castro (2009) também traz um panorama dessa evolução de acordo com a região do país, espaço (rural e urbano), sexo e cor. A região Norte foi a que apresentou menor crescimento ao longo dos anos, tendo elevado o tempo de escolaridade em apenas 0,1 pontos percentuais por ano, enquanto no Centro Oeste a evolução foi de 0,19 pontos percentuais.

No recorte por cor, os negros tiveram uma evolução de 0,15 p.p, superando os brancos que tiveram crescimento de 0,13 p.p no número médio de anos de estudo. Mesmo assim, apesar de a população negra ter apresentado essa sutil vantagem, em 2007, os brasileiros brancos tinham um total médio de 8,1 anos de escolaridade, enquanto os negros, mesmo com um crescimento maior, tinham 6,3 anos de escolaridade no mesmo ano.

Todos os números apresentados pelo autor são sinais das necessidades de melhoria nos índices educacionais brasileiros. Também ficam transparentes as diferenças existentes no Brasil em termos de tempo de estudo entre diferentes grupos da sociedade. Tratando de localização, os moradores das regiões Norte e Nordeste são os mais defasados quando se trata de anos de escolaridade. Enquanto isso, a população negra (composta por pretos e pardos) é a que apresenta maior atraso.

Os levantamentos de Castro (2009) também trazem um dado importante no que diz respeito ao diferencial de educação entre diferentes classes sociais. Os 20% com menor renda da população têm, em média, 5 anos de estudo, ao passo que os 20% mais ricos têm 10,3. Essa diferença exemplifica, mais uma vez, os desequilíbrios marcantes da realidade educacional no Brasil e que são fonte de desigualdades de renda e oportunidades no território nacional.

Como apontado por Langoni (1973), os diferentes níveis educacionais influenciam o nível de renda da população. Logo, os contrastes até aqui apresentados no tempo dentro de sala de aula entre diferentes grupos sociais no país é muito relevante para explicar as desigualdades sociais tão presentes na realidade do nosso país. Podemos resgatar também o que era colocado por Schultz (1961) quando o mesmo apresentava uma visão de que a escola é um formador de capital humano que, mais tarde, será valorizado no mercado de trabalho. Seguindo essa linha de raciocínio, é possível prever o que acontece com a população das regiões Norte e Nordeste

do Brasil e com as pessoas de pele negra que têm menos escolaridade e, portanto, menos capital humano acumulado proveniente da vida escolar.

Indo adiante na discussão, é preciso ressaltar que a simples ampliação da oferta de vagas nas redes privadas e públicas de educação não é suficiente para mitigar as desigualdades na educação. Os desafios vão além e exigem um olhar cuidadoso, especialmente em regiões mais pobres, em relação a fatores como qualidade do ensino e permanência do jovem no ambiente escolar. Dessa forma, a evasão escolar surge como mais um problema a ser enfrentado. Quanto maiores os índices de abandono, menor a taxa média esperada de conclusão dos diferentes níveis escolares. Esse ponto compromete o acesso dos alunos às demais etapas da educação e os afasta definitivamente da escola.

A saída de um aluno da escola reflete problemas já existentes no Brasil e é capaz de construir mais obstáculos na direção de uma sociedade mais igualitária. A evasão escolar, segundo Neri (2009), diminui o grau de escolarização do indivíduo e tem reflexos na sua renda futura, podendo contribuir com a introdução ao mundo da criminalidade. Além disso, Neri (2009) ainda cita que a evidência empírica dá conta de que existe uma íntima ligação entre evasão escolar e pobreza.

Tudo isso posto, começam a ser compreendidos os avanços e também as desigualdades que transcorrem ao longo dos anos no sistema educacional brasileiro e nos seus índices. A escolarização média do Brasil talvez não seja tão relevante para a tomada de decisão do poder público quanto a escolarização média por região, por faixas de renda ou por etnia, vide os dados do IBGE. É preciso tratar da educação no país levando em consideração as heterogeneidades latentes por todo o território nacional.

Nesse sentido, Fernandes (2001) já apontava que as realidades regionais são o cerne da questão do planejamento educacional do Brasil e só a partir do seu profundo conhecimento será possível encontrar resultados de redução de desigualdades e melhoria no padrão de vida a partir da educação. Até que isso aconteça, os avanços na educação serão dispersos e seguirão sem favorecer as pessoas mais necessitadas, de forma que a dimensão das desigualdades brasileiras tenderá a se elevar, aprofundando os problemas existentes.

4.3 INVESTIMENTO NACIONAL NA EDUCAÇÃO

No ano de 2014, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE) no Brasil. Segundo o Ministério da Economia (MEC), esse plano é o balizador para as diretrizes, metas e estratégias voltadas à educação entre os anos de 2014 e 2024.

O Observatório do Plano Nacional de Educação (OPNE) é um núcleo da organização civil Todos Pela Educação e faz o monitoramento e acompanhamento das metas estabelecidas pelo PNE. Segundo o OPNE (2021), a Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014), assinada pela então Presidente Dilma Rousseff, estabelece que o PNE, entre os seus 20 principais planos, define diretrizes para os docentes, fortalece o financiamento do ensino e aborde estratégias que visem a redução de desigualdades na educação.

Cada uma das metas diz respeito a um cenário da educação brasileira e traz consigo uma série de estratégias definidas pelo MEC para alcançar os objetivos. O foco deste trabalho está diretamente ligado à última meta estabelecida, que diz respeito ao investimento em educação e que está citada abaixo. A meta 20 é apresentada, segundo a Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014), da seguinte forma:

Meta 20: Ampliar o investimento público em educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB no final do decênio.

Estratégias:

20.1) garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1º do art. 75 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional;

20.2) aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação;

20.3) destinar à manutenção e desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal;

20.4) fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios;

20.5) desenvolver, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por aluno da educação básica e superior pública, em todas as suas etapas e modalidades;

20.6) no prazo de 2 (dois) anos da vigência deste PNE, será implantado o Custo Aluno-Qualidade inicial - CAQi, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade - CAQ;

20.7) implementar o Custo Aluno Qualidade - CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar;

20.8) o CAQ será definido no prazo de 3 (três) anos e será continuamente ajustado, com base em metodologia formulada pelo Ministério da Educação - MEC, e acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação - FNE, pelo Conselho Nacional de Educação - CNE e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal;

20.9) regulamentar o parágrafo único do art. 23 e o art. 211 da Constituição Federal, no prazo de 2 (dois) anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais, com especial atenção às regiões Norte e Nordeste;

20.10) caberá à União, na forma da lei, a complementação de recursos financeiros a todos os Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ;

20.11) aprovar, no prazo de 1 (um) ano, Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais;

20.12) definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5º do art. 7º desta Lei.

Segundo Fernandes e Santos (2017), a materialização da Meta 20 está diretamente relacionada à promoção da universalização da educação no Brasil. Portanto, grande parte das demais metas e o seu alcance depende das políticas implementadas para o financiamento da educação, tornando a Meta 20 ponto central do PNE. Como exemplo, pode ser usada a Meta 17, de valorização do docente. Fernandes e Santos (2017) apontam que não é possível alcançá-

la sem que sejam investidos mais recursos ao longo do tempo. Logo, a Meta 20, que trata do aumento do investimento em educação pública até os 10% do Produto Interno Bruto (PIB), tem relação direta com a Meta 17 pois para atender as diretrizes dessa e de outras metas é necessário um investimento financeiro forte por parte dos governos.

Além disso, estão descritas entre as metas questões relacionadas ao aumento de matrículas, escolaridade média, alfabetização e qualidade da educação em diferentes etapas da formação dos alunos. Ainda segundo Fernandes e Santos (2017), para que os estados e municípios sejam capazes de colocar em prática o que foi estabelecido pelo PNE, é de fundamental importância que a aplicação da Meta 20 seja cumprida. Só assim, com recursos financeiros equivalentes a, pelo menos, 10% do PIB, será razoável alcançar as demais metas.

Justino (2019) relata que os dados indicam que o investimento em educação no Brasil como fração do PIB em 2014 já era, em média, maior do que o de certos países desenvolvidos. Apesar disso, quando o investimento é dividido pelo número de alunos, o Brasil gasta 54% a menos por estudante ao ano do que os países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Fernandes e Santos (2017) reiteram que o investimento em termos percentuais, ainda que abaixo da meta do PNE, está acima da média mundial e que isso passa uma falsa sensação de que o investimento está em um patamar razoável. Entretanto, o que deve ser levado em consideração é o valor dos gastos anuais por aluno e, nesse caso, o Brasil está muito distante dos países desenvolvidos.

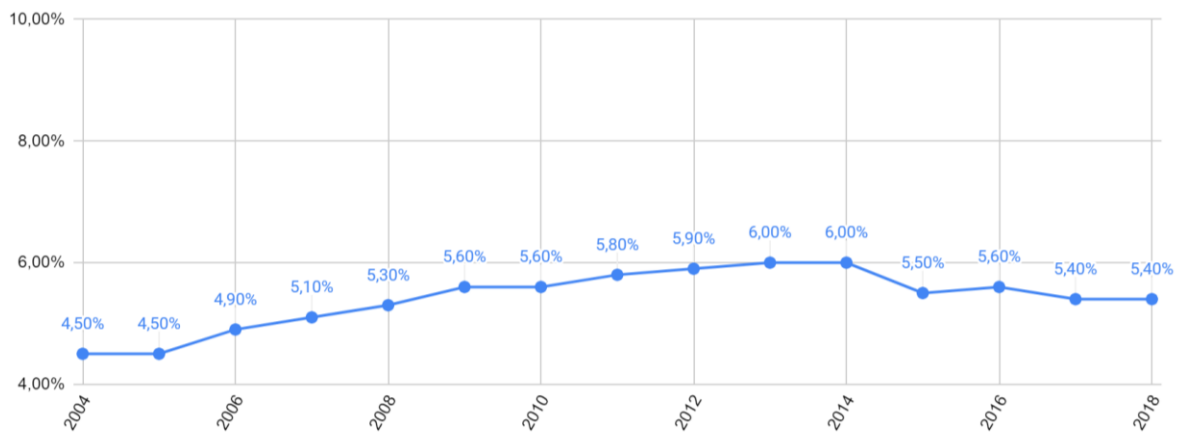
Cavalcanti (2016) entende que os debates que levaram a construção do PNE resultaram em um avanço para o Brasil em relação às metas para educação. Aponta também que a projeção de atingir o patamar de 10% do PIB na área até o final do decênio é o grande exemplo de avanço, mas que, para isso, será necessário um maior aporte de recursos da União. Porém, as questões de financiamento da educação brasileira levantadas para formulação do PNE são alvo de tensões entre organizações da sociedade civil e governo federal em relação ao tipo e quantidade de investimento que precisa ser feito, segundo Cavalcanti (2016). Não basta, porém, a simples elevação dos gastos em educação de forma irrestrita. É necessário entender como o dinheiro está sendo investido e se cada aluno está sendo bem contemplado por esses valores.

Ximenes (2016) explica que, junto com a implementação do PNE, foi adotada uma métrica chamada Custo Aluno Qualidade (CAQ), criada como fruto da persistência da sociedade civil organizada e comprometida. O CAQ se refere ao padrão de qualidade educacional que aproxima o Brasil de países desenvolvidos. O autor vê essa métrica como um mecanismo para medir e tentar garantir a qualidade do ensino relacionando aspectos como insumos e financiamento.

Cara (2014) entende que o CAQ é um instrumento de equidade que representa um passo inicial na direção da elevação da qualidade da escola pública brasileira. Cara (2014) ainda cita o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), referência para um padrão mínimo de qualidade na educação. O CAQi leva em conta aspectos como alunos por turma, formação de professores e infraestrutura necessária nas escolas para definir o quanto o país precisa investir por aluno anualmente na educação básica para que seja oferecida uma educação pública com mínima qualidade.

Retomando para o cumprimento da Meta 20 do PNE, o “Relatório do Terceiro Ciclo de Monitoramento das Metas” traz os seguintes dados sobre o investimento público em educação no Brasil:

Gráfico 1 – Investimento público total em educação em relação ao PIB de 2004 a 2018



Fonte: Adaptado de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2020).

O relatório (INEP, 2020) faz análises apenas até o ano de 2018 quando se trata da Meta 20 do PNE. Esse fator gera uma dificuldade de análise precisa da realidade atual, tendo uma defasagem de quatro anos em relação a produção do presente trabalho. Ainda assim, é o dado oficial mais recente apresentado pelo MEC no que diz respeito ao acompanhamento da Meta 20. A evolução dos dados mostra que houve crescimento, ainda que lento, do investimento em educação em relação ao PIB entre os anos de 2004 e 2014. Desde então o valor sofreu uma queda no ano seguinte e se manteve estagnado abaixo dos 6% até 2018.

A Meta 20 apresenta a ideia de atingimento de 7% do PIB no quinto ano de vigência do PNE, que se deu em 2019. Baseado na evolução apresentada até 2018, o próprio relatório define que há um grande desafio para o atingimento da meta.

Para Fernandes e Santos (2017), alcançar os 10% do PIB em investimento educacional no Brasil não é uma tarefa fácil e exige compromisso e responsabilidade dos governos na busca pela igualdade de oportunidades educacionais. Nesse sentido, a institucionalização do CAQ, assim como do CAQi, como parâmetro nacional de financiamento da educação é um meio de vencer as desigualdades de oferta educacional que estão presentes no país a tanto tempo.

Por fim, Cavalcanti (2016) ressalta que o caráter diversificado do Brasil gera uma heterogeneidade de características das redes de ensino ao redor do país. Sendo assim, os desafios educacionais são distintos a depender da região e cada situação exige um olhar diferente para direcionar os investimentos. Deve, portanto, segundo Cavalcanti (2016), haver distintas formas de distribuir o investimento, com foco na melhoria da oferta em educação em áreas com sistema educacional pequeno ou precarizado.

Castro (2009) enumerou os desequilíbrios da realidade educacional brasileira entre regiões e entre pessoas de etnias diferentes, enquanto Langoni (1973) apontava para a ligação entre diferentes níveis educacionais e de renda. As desigualdades na realidade do sistema educacional brasileiro e, por consequência, no padrão de vida das pessoas pode ser reduzida caso a Meta 20 do PNE seja cumprida e caso essa elevação de investimento na educação, como apontou Cavalcanti (2016), seja direcionada e distribuída de forma coerente para que o padrão mínimo de qualidade seja alcançado nas escolas do país. Olhando atentamente para as regiões que, hoje, estão defasadas em relação ao CAQi.

Por fim, vale trazer uma perspectiva mais atual sobre o andamento do PNE. Para Ximenes *et al.* (2019), o campo da educação no Brasil, durante os primeiros anos do mandato do Presidente Jair Bolsonaro, está passando por um desmonte e esvaziamento orçamentário que ameaça pôr em xeque décadas de evolução do sistema educacional. Os movimentos do MEC vão na contramão do PNE, segundo apontam os autores, e partem de diagnósticos equivocados do ministério quanto aos problemas do ensino e da pesquisa no país.

5 PANDEMIA DE COVID-19 E POTENCIAIS CONSEQUÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO

O ano de 2020 foi marcado pelo início de uma pandemia e de uma crise sanitária que mudou completamente a dinâmica mundial. Entre as consequências imediatas do surgimento do vírus intitulado COVID-19, houve imposições de restrições de circulação por parte da maioria dos governos do mundo. O Brasil enfrentou os primeiros meses da pandemia vivendo uma queda de braço entre o raciocínio negacionista do Governo Federal e as necessidades de proteção da sua população. Segundo Campos (2020), o Presidente da República Jair Messias Bolsonaro utilizou, desde o início de 2020, argumentos falaciosos e obscuros para justificar a contaminação da população via convivência social sem qualquer empecilho ao contágio para alcançar uma suposta imunidade de rebanho.

Campos (2020) ainda ressalta que as ações do governo brasileiro iam no sentido de criar uma suposta oposição entre economia e vida, onde a primeira era mais relevante aos olhos do Presidente, que defendia o não isolamento social com palavras e gestos. Enquanto não havia vacinas disponíveis para a população, só era possível barrar as ondas de contágio e mortes com uma vigilância epidemiológica de identificação, testagem, rastreamento, tratamento e bloqueio da transmissão. Isso foi feito pelos países que tiveram mais sucesso no controle do vírus, aponta Campos (2020). O autor ainda comenta que as ações tomadas pelo Governo Federal desde o início da circulação do vírus de COVID-19 no Brasil foram sinistras, macabras, anti-humanitárias e antiéticas.

Nesse contexto, a educação brasileira também teve de se adaptar e tentar sobreviver diante de desafios tão difíceis. As escolas, no início de 2020, foram surpreendidas com a interrupção do ano letivo por conta da pandemia de Covid-19. Monteiro (2020) explica que houve, a partir desse momento, uma movimentação, especialmente das instituições particulares para que o ensino a distância começasse a vigorar. Essa alternativa foi vista com inquietação e descrença, segundo a autora, já que até o momento não havia uma coordenação centralizadora do MEC.

Enquanto as escolas particulares se preparavam para uma virada rápida do ensino presencial para remoto, as escolas públicas, com realidades distintas, se preocupavam com o acesso à internet de professores e alunos para que fosse possível essa mudança para uma realidade de ensino à distância. Esse contexto gerou uma corrida das instituições de ensino para encontrar propostas pedagógicas alternativas no momento de crise. Monteiro (2020) afirma que as escolas particulares, em sua maioria, foram capazes de modificar suas rotinas e intensificar

a, já presente, digitalização do ensino. Enquanto isso, no ensino público, com dinâmicas sociais totalmente distintas, a mudança exigiu adaptações no contexto educacional para atividades completamente novas.

O contexto educacional no Brasil já enfrentava desafios anteriores à pandemia, mas ganhou novos contornos recentemente. Santana e Sales (2020) afirmam que a pandemia implica em perdas de aprendizagem no sistema educacional brasileiro, especialmente para os alunos da rede pública. Coube ao poder público tomar atitudes a respeito das atividades escolares, mas a heterogeneidade das redes de ensino no país e a complexibilidade da realidade dos estudantes dificulta a movimentação rápida dos governos, segundo Santana e Sales (2020). Conforme apontam as autoras, a vulnerabilidade social dos estudantes e a formação precarizada de docentes são pontos relevantes e que foram acentuados a partir do início da pandemia. Além disso, as diferenças culturais, econômicas e sociais entre as regiões do Brasil também demarcam desafios frente à implementação de ações que visem reduzir as discrepâncias existentes na sociedade e na educação brasileira.

Santana e Sales (2020) deixam claro que a pandemia de COVID-19 evidencia problemas estruturais da educação brasileira e expõe a necessidade de transformação no modo de aprender e ensinar em um contexto de mundo tecnológico. Existe o potencial de desenvolvimento da educação promovido pela cibercultura e a educação precisa se apropriar das mudanças digitais, incluindo a tecnologia na sua experiência didática e instituindo novos processos educativos. Ainda assim, Santana e Sales (2020) afirmam que, no Brasil, muitas instituições de ensino não conseguiram promover, construir ou propor alternativas de ensino remoto com a velocidade necessária para retomar as aulas sem presença física ao longo do ano de 2020.

Essa mudança abrupta e sem organização prévia envolve questões de inclusão e exclusão digital. Knop (2017) destaca que entre os desafios da inclusão digital estavam fatores econômicos e culturais, de infraestrutura e de falta de conhecimento tecnológico por parte dos jovens. O autor destaca que o usuário de tecnologia precisa usar os recursos digitais para encontrar, processar e utilizar as informações no seu cotidiano. Antes mesmo da pandemia, Knop (2017) já alertava que as desigualdades econômicas reais eram reproduzidas na dimensão virtual. Onde pessoas sem recursos apropriados ficam marginalizadas do ambiente digital. Portanto, as diferenças no acesso à tecnologia têm origem em variáveis econômicas e culturais.

A mudança para o ensino remoto também trouxe preocupação na classe dos professores. Monteiro (2020) afirma que nem todos os educadores tiveram algum contato com ensino a distância e uso de tecnologias como recurso didático. Dessa forma, para muitos, foi necessário reinventar a profissão que exercem. A autora afirma que os professores passaram por

inquietações, angústias e estresse ocasionado pela falta de domínio das tecnologias e que isso agrava ainda mais as dificuldades de lecionar virtualmente.

5.1 EVASÃO ESCOLAR

Um dos tantos problemas enfrentados pelo sistema educacional brasileiro está ligado à evasão escolar, quando um aluno deixa de frequentar a escola, deixando de lado o ensino em detrimento de alguma outra coisa. Para Neri (2009), muitas vezes o que gera a saída de um aluno da escola é a falta de conhecimento dos benefícios gerados a partir da permanência em sala de aula. Portanto, uma educação atrativa e de qualidade precisa ser prioridade das políticas públicas como forma de evitar altos índices de evasão escolar. Um aumento no nível de educação da população gera ganhos econômicos em termos quantitativos e em termos de equidade distributiva, aponta Neri (2009). O autor defende que é clara a relação entre hierarquia educacional e hierarquia de ocupação e salários no mercado de trabalho.

Comparando pessoas de mesmo sexo, idade, etnia e geografia, mas com níveis de educação distintos, Neri (2009) traz os dados de que universitários alcançam salários 544% maiores do que analfabetos e sua chance de conseguir uma ocupação são 422% superiores.

As autoras Almeida e Oliveira (2017) identificam os principais fatores responsáveis pela evasão escolar. Primeiro o fator sociocultural, ligado a violência e discriminação, depois fator econômico como pobreza e trabalho infantil. Além disso, entram nessa relação fatores políticos que envolvem a oferta de educação e, por fim, fatores educacionais que tratam de conteúdo das aulas e condições de trabalho e capacitação dos profissionais da área.

Souza, Pereira e Ranke (2020) comentam que a evasão escolar pode ser motivada por questões que vão além do próprio ambiente escolar. São citados como pontos ligados à evasão uma possível instabilidade familiar, problemas financeiros ou ingresso precoce no mercado de trabalho informal. O agravante a esses e demais fatores é a falta de políticas e investimento público na educação.

O fenômeno recente da pandemia de COVID-19 surge como um agravante da evasão escolar. A pandemia trouxe novos gatilhos de evasão escolar como o fechamento dos espaços físicos das escolas, o aumento no número de desempregados e a inflação. Todos esses aspectos contribuem com o agravamento das desigualdades sociais e elevam o número de crianças e adolescentes que precisam começar a trabalhar para auxiliar a renda familiar, apontam Souza, Pereira e Ranke (2000). Os autores ainda levantam questionamentos a respeito de quais

impactos a crise sanitária deixará como legado de longo prazo na educação pública ao desapropriar estudantes do seu direito à educação devido a questões socioeconômicas.

Para Gago e Corbellini (2021), a pandemia agravou as questões referentes à evasão escolar no Brasil. Antes da chegada da COVID-19, já eram inúmeros os motivos que levavam ao abandono da sala de aula, desde problemas familiares até envolvimento com drogas. Com a pandemia esses problemas se agravaram e outros surgiram a partir do isolamento social.

Houve uma adaptação forçada das escolas para a nova realidade de ensino a distância, mas, a partir disso, surgiram novas dificuldades, principalmente, relacionadas à falta de recursos tecnológicos, acesso à internet, espaço apropriado dentro de casa e falta de habilidade frente à tecnologia, apontam os autores Gago e Corbellini (2021).

O cenário brasileiro na educação durante a pandemia foi de desigualdade no acesso à tecnologia no momento de aulas presenciais suspensas, segundo Santana (2021). O autor ainda afirma que outro problema que agrava as questões de evasão escolar nos últimos anos é o fato de que períodos longos fora do ambiente escolar geram rupturas no vínculo dos alunos com professores e com a própria escola. Santana (2021) ainda traz um outro ponto relevante relativo ao ambiente escolar, especialmente em regiões de baixa renda e em instituições públicas. Muitos alunos faziam suas refeições dentro da escola e, com o fechamento das mesmas por vários meses ao longo de 2020, foi perdida também essa relação do aluno com o colégio. Nesse sentido o prejuízo não é só de perda de vínculo, mas também uma questão de saúde com os alunos deixando de fazer o número ideal de refeições.

Os problemas ocasionados pela pandemia apontados pelos autores até aqui citados tratam especialmente das desigualdades sociais existentes no Brasil. Essas desigualdades apontam para um prejuízo educacional maior entre alunos de baixa renda, pois estes já vivem cercados de empecilhos para frequentar a sala de aula. Barbosa e Cunha (2020) vão ao encontro dessa ideia revelando que o Brasil já precisa lidar com uma herança problemática no sistema educacional que está sendo agravada pelo período de distanciamento social e ensino remoto emergencial. Em muitos casos faltam condições mínimas para que o aluno acompanhe suas aulas fora do ambiente escolar e isso gera um risco eminente de aumento dos índices de evasão escolar. Os autores ainda citam que essas desigualdades sociais e educacionais são um motor que se retroalimenta, expandindo e aprofundando as diferenças entre classes sociais no país.

Por não haver ainda um distanciamento temporal grande, o assunto da evasão escolar em função da pandemia ainda não apresenta muitos estudos quantitativos sobre o tema. As consequências da pandemia na educação e, especialmente, na questão da evasão escolar serão analisadas ao longo dos próximos anos e seus resultados serão medidos de forma mais clara

conforme for possível avaliar diversos fatores que influenciam e são influenciados pela saída de alunos do ambiente da escola.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) fez um levantamento preliminar que aponta para os movimentos de saída e retorno para a escola durante o período de pandemia. Segundo o estudo de Neri e Osorio (2022) para a FGV, a taxa de evasão escolar para crianças entre 5 e 9 anos subiu de 1,41% no final de 2019 para 5,51% no final de 2020. Ainda segundo o levantamento, a pandemia de COVID-19 fez com que os números da evasão escolar no país regredissem ao que eram em 2007, momento de ápice da evasão no país. Em 2021, a taxa de evasão recuou de 5,51% para 4,25%, o que representa uma melhoria, mas ainda mostra uma distância muito grande em relação ao parâmetro do período anterior ao início da pandemia.

O estudo de Neri e Osorio (2022) para a FGV ainda cita que a evasão escolar para grupos de alunos entre 15 e 19 anos é a maior entre todas as faixas de idade, mas foi a que apresentou menor variação de evasão entre as faixas analisadas. Segundo o estudo, esse aspecto se explica, em parte, pela redução do custo de oportunidade trabalhista dos jovens e por ações de aprovação e presença automáticas que foram feitas por algumas escolas e que serviram como um incentivo à permanência dos alunos. Ainda assim, o não aumento expressivo da evasão nessa faixa de idade não necessariamente representa uma conquista, já que os conhecimentos adquiridos pelos alunos não foram os mesmos que seriam em um contexto sem pandemia.

Neri e Osorio (2022) ainda afirmam na pesquisa da FGV que entre 2011 e 2020 o Brasil, apesar da estagnação econômica, apresentou aumento do número médio de anos de escolaridade da população, queda no índice de Gini e aumento na medida de Bem-Estar Educacional. Todos esses pontos positivos, entretanto, foram interrompidos com a chegada da pandemia e o panorama da educação brasileira voltou a piorar. O levantamento ainda comenta que as consequências da pandemia serão negativas no longo prazo e que já é possível identificar perda no crescimento do capital humano que estava ocorrendo nas últimas décadas.

Por fim, o estudo de Neri e Osorio (2022) ainda comenta que a educação não foi vista como fator prioritário no curso da pandemia por parte do Governo Federal. Faltou ao MEC desenvolver ações orquestradas que tivessem como alvo as desigualdades regionais e entre redes de ensino no Brasil para mitigar os efeitos da COVID-19 no sistema educacional brasileiro.

A evasão escolar, que já era uma questão estudada e que preocupava especialistas, tende a se tornar ainda mais relevante no espaço educacional e servirá como uma das bases para entender o aprofundamento dos problemas sociais brasileiros.

5.2 EXCLUSÃO ESCOLAR

Enquanto a evasão escolar, segundo Rumberger e Lim (2008), é apenas o ato final de um processo completo e dinâmico de perda de envolvimento do aluno com o processo educativo, a exclusão escolar se refere aos alunos já alijados da dinâmica educacional. Ou seja, a evasão é um conceito que se refere ao processo de abandono dos estudos por um aluno e a exclusão se refere à totalidade dos jovens que já estão fora do sistema educacional.

Existe certa proximidade e similaridade entre os conceitos de evasão e exclusão escolar e aqui isso será tratado de forma complementar. No trecho anterior, foi possível identificar alguns dos motivos que levam ao processo de evasão, fatores sociais que permeiam a realidade do aluno que abandona os estudos e o agravamento dessa questão com a chegada da pandemia.

Daqui para frente, será abordado o cenário atual do Brasil no que diz respeito ao contexto que o país vive com relação aos alunos que já estão efetivamente fora do sistema educacional. Serão também apontadas, como forma de complementar as avaliações anteriores, quais as desigualdades presentes entre diferentes grupos de pessoas no país. Serão avaliados aqui os pontos levantados pelo relatório *Cenário da Exclusão Escolar no Brasil* realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (2021). O relatório aponta os cenários da exclusão escolar no país, assim como os impactos que a pandemia já vem causando na educação brasileira.

Segundo a UNICEF (2021), a exclusão escolar trata das crianças e adolescentes em idade escolar fora da escola e, no Brasil, esse público é composto, em sua maioria, por pessoas pretas, pardas ou indígenas. Além disso, a exclusão é mais latente na região Norte e entre famílias com renda familiar baixa.

Enquanto a média da população brasileira em idade escolar (4 a 17 anos) fora da escola é de 2,7%, a Região Norte é a mais afetada pela exclusão, apresentando o maior índice de todo o país, com 4,3%. Além disso, entre 2016 e 2019 houve diminuição no percentual de crianças e adolescentes fora da escola, mas a Região Norte foi a que apresentou menor queda nesse percentual.

Por meio do seu relatório, a UNICEF (2021) também aponta para a exclusão escolar mais forte em áreas rurais, quando comparadas com áreas urbanas. Ainda que, em números absolutos, a exclusão esteja mais presente no meio urbano, em percentual é no meio rural que a exclusão escolar chama mais atenção, chegando a ser de 10,6% para adolescentes entre 15 e 17 anos, que estão com idade para cursar o ensino médio.

Outro dado relevante apresentado pela UNICEF (2021) é o de que, entre todas as crianças e adolescentes fora da escola no Brasil, 70% são pretos, pardos ou indígenas. Em números absolutos, são mais de 780 mil pessoas não brancas fora da escola. Por fim, o relatório ainda traz dados que relacionam a faixa de renda familiar e exclusão escolar. Em 2021, mais de 90% das crianças e adolescentes que não estão no ambiente escolar têm renda familiar de até um salário mínimo e 98,2% até dois salários mínimos. Há, portanto, segundo a UNICEF (2021), alta relação entre pobreza e exclusão escolar.

Os dados até aqui apresentados servem como contexto para que seja compreendida a magnitude das diferenças sociais e sua relação com a exclusão escolar dos jovens brasileiros. Todo esse cenário de distanciamento da escola que já afetava pessoas em situações de maior vulnerabilidade social foi agravado com a chegada da pandemia no ano de 2020, como será mostrado na sequência.

Ao final do ano letivo de 2020, a UNICEF (2021) relata que havia mais de 5 milhões de jovens fora da escola ou sem atividades escolares no Brasil. Esse valor representa 13,9% de toda a população brasileira com idade escolar. As regiões que mais concentraram crianças e adolescentes fora da escola no final de 2020 foram a Norte e Nordeste com 28,4% e 18,3%, respectivamente.

Mais uma vez o relatório chama a atenção para as populações rurais, com baixa renda familiar e para pessoas pretas, pardas e indígenas como principais grupos afetados pelo aumento no número de alunos fora do ambiente escolar após o início da pandemia de COVID-19. Fica evidente, segundo a UNICEF (2021) que a pandemia tornou ainda mais necessária uma intervenção para reduzir a desescolarização de crianças e adolescentes no Brasil.

O contexto socioeconômico e cultural que o Brasil apresenta é um gerador de desigualdades sociais e isso se reflete em diferentes partes da sociedade, sendo o sistema educacional parte dessa realidade. Nesse sentido, a desigualdade se elevou em tempos de pandemia e isso se reproduz no ambiente escolar com menos alunos frequentando a sala de aula, conforme apontado pelo relatório da UNICEF (2021).

Dentre as recomendações da UNICEF (2021) para minimizar os impactos da COVID-19 na educação está a garantia de acesso à internet. Sendo necessárias políticas que visem promover a conectividade para escolas e acesso à internet para alunos e docentes.

Outro ponto levantado pelo relatório diz respeito a necessidades de políticas fortes de transferência de renda no Brasil. É sabido que entre os motivos mais importantes que levam a evasão e, conseqüentemente, exclusão escolar está a necessidade de renda da família, o que leva o aluno a sair da escola e ingressar precocemente no mercado de trabalho. Logo, políticas de

transferências de renda podem ser efetivas para mitigar os estragos econômicos causados pela pandemia.

Além disso, é necessário pensar nas crianças e adolescentes que já estão fora da escola, sendo primordial uma busca ativa por essa população. O esforço para isso precisa unir a sociedade como um todo, de educadores, assistentes sociais, sociedade civil, empresas privadas a instituições religiosas e, principalmente, o poder público. O esforço para encontrar os jovens fora da escola, fazê-los iniciar ou retomar os estudos não é tarefa fácil, mas o planejamento de iniciativas que visem mitigar as desigualdades da educação precisa, necessariamente, olhar para as cerca de cinco milhões de pessoas em idade escolar que estão fora da escola.

O estudo apresentado aqui traz um panorama da exclusão escolar no Brasil com dados anteriores ao início da pandemia e também com dados atualizados já do período pandêmico. Os números, segundo a UNICEF (2021), são alarmantes e precisam ligar um sinal urgente de alerta, pois o Brasil pode estar regredindo mais de vinte anos no acesso à educação de suas crianças e adolescentes. O direito à educação precisa ser mantido e garantido para essa população e medidas precisam ser tomadas de forma imediata para impedir o avanço ainda maior das desigualdades.

5.3 INSCRIÇÕES EM EXAMES NACIONAIS

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi criado em 1998 com intuito único de avaliar o desempenho dos alunos que estavam saindo do ensino médio. Silveira, Barbosa e Silva (2015) comentam que foi a partir de 2009 que o exame passou a ser um meio de acesso em inúmeros cursos do ensino superior ao redor do Brasil. O ENEM é, sob certo aspecto, a democratização das oportunidades de acesso a vagas em instituições federais.

Segundo Oliveira (2016), o ENEM é um instrumento valioso para fornecer informações relevantes para que as autoridades façam uma reforma educacional no Brasil. Portanto, o exame vai além de apenas avaliar alunos, pois é capaz de colaborar, por meio de seus resultados, com a criação de políticas públicas voltadas para a mudança da realidade educacional do país.

Sodré Júnior (2018) traz uma perspectiva do ENEM em relação ao conteúdo visto em sala de aula, especialmente durante o Ensino Médio. Para o autor, conforme o exame foi ganhando relevância no Brasil para o ingresso no ensino superior, o processo de ensino foi se alterando, dando mais ênfase no desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos.

O caráter avaliativo do ENEM, segundo Oliveira (2016) não é tão “livresco” e exige do aluno capacidade interpretativa e de raciocínio do aluno. Nesse sentido, Sodré Júnior (2018)

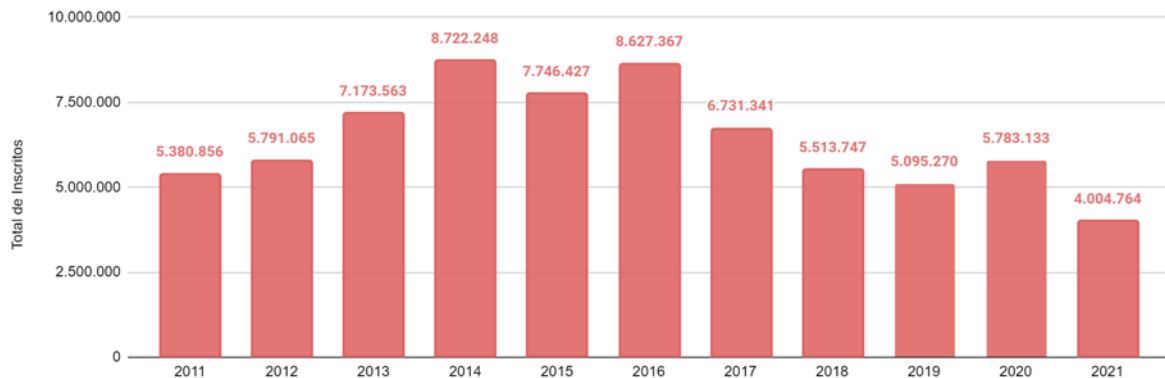
aponta que o referido exame é capaz de influenciar a prática pedagógica, bem como a metodologia de trabalho do professor em sala de aula.

Lopes e López (2010), veem no exame um foco de formação de indivíduos “onipotententes” se propondo a exigir dos alunos competências e habilidades necessárias ao indivíduo ao longo de toda sua vida. O exame, ainda segundo as autoras, se coloca como uma prova capaz de fornecer informações sobre o processo de ensino em diferentes níveis. Podendo ser extraídos resultados globais, locais ou individuais.

Os autores aqui referenciados, ainda que por meios distintos, vão ao encontro um dos outros quando se trata da relevância do ENEM. O exame é fonte de informações de suma importância para implementação de políticas que tenham foco na educação e serve como método de ingresso em diversas instituições de ensino superior, sejam elas públicas ou privadas. Além disso, professores modificam suas práticas pedagógicas em função do que é exigido pelo ENEM.

O maior exame de avaliação educacional brasileiro é de grande importância no cenário do país, mas, nos últimos anos, vem sofrendo diminuição nos números de alunos inscritos, especialmente após o início da pandemia, conforme mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Número de inscritos no ENEM entre 2011 E 2021



Fonte: Adaptado de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2021a).

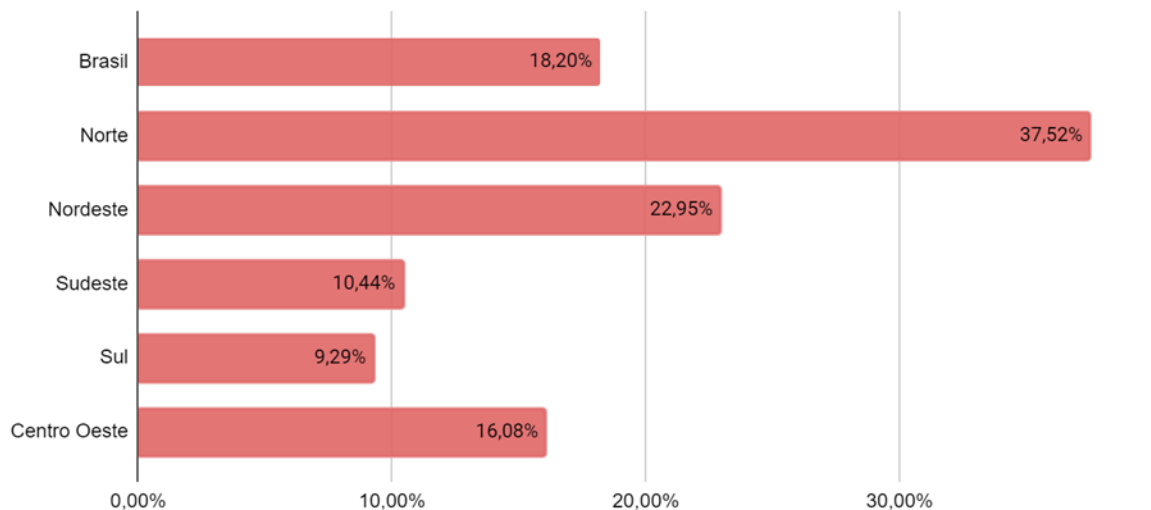
O ENEM teve seu número máximo de inscrições no ano de 2014, com quase 9 milhões de candidatos. Depois, em 2016, voltou a alcançar a faixa dos 8 milhões de inscritos pela segunda vez. Até esse momento, o cenário era de crescimento no número de alunos fazendo a prova entre um período e outro, com exceção ao ano de 2015. A partir desse momento os números começaram a apresentar uma queda e, no ano de 2021, o MEC registrou cerca de 4

milhões de inscritos. Menor número desde a década passada. Os inscritos de 2021 representam apenas 46% dos participantes de 2014 (INEP, 2021a).

Esse ponto se faz relevante pois, conforme apontam autores acima citados, o ENEM é um parâmetro que auxilia o governo a guiar suas ações frente ao sistema educacional do Brasil. O número de inscritos em queda já é um sinal de alerta pois quanto menor o volume de informações que puderem ser extraídas da inscrição no exame, mais distante o MEC fica de compreender a realidade da educação no país.

Quando nos concentramos apenas no exame de 2020, último exame com Sinopse Estatística divulgada pelo INEP, um dado que chama a atenção faz referência ao acesso à internet dos candidatos:

Gráfico 3 – Inscritos no ENEM 2020 que declararam não ter acesso a internet por região do país



Fonte: Adaptado de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2021b).

O ENEM teve, segundo os dados coletados no momento da inscrição (INEP, 2021b), 18,2% dos alunos inscritos declarando que não tinham acesso à internet. Esse valor por si só representa outro alerta para nossa realidade, mais ainda pelo enfrentamento de um momento de pandemia no qual a maioria das escolas estavam atendendo os alunos por meio do ensino remoto emergencial que se deu de forma online. Quando os números são quebrados por região do país, as desigualdades se tornam ainda mais evidentes. Enquanto na Região Sul apenas 9,29% dos inscritos não possuíam acesso à internet, a Região Norte registrou 37,52% de inscritos declaradamente sem acesso à internet.

Os números indicam onde está o vácuo de acesso à internet no Brasil que precisa ser combatido com políticas públicas efetivas. As regiões Norte e Nordeste são as duas mais afetadas pela falta de acesso à internet e isso pode ser um dos fatores que contribui com a evasão e exclusão escolar anteriormente apresentadas, especialmente durante o período de aulas não presenciais.

Não é fácil identificar e menos ainda mensurar as consequências que a pandemia de COVID-19 trará para a sociedade brasileira e, especialmente, para a educação. Entretanto, muitos indicadores apontam para aumento de desigualdades no acesso ao ensino, especialmente para certos públicos como o das Regiões Norte e Nordeste e pessoas negras. A tarefa que o Brasil tem para o futuro é a de detectar os problemas no sistema educacional e atacá-los de forma inteligente para atenuar os efeitos da pandemia colaborando com o acesso à internet da população mais carente, enfrentando problemas de evasão escolar e prezando pela qualidade do ensino nas escolas públicas.

5.4 CONSEQUÊNCIAS INICIAIS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Para complementar o capítulo, serão apresentados aqui, dados que dizem respeito aos primeiros efeitos da pandemia de COVID-19 na realidade educacional brasileira. Será possível vislumbrar alguns impactos iniciais da interrupção das aulas em 2020 e da mudança não programada para o ensino remoto e como isso já influencia a continuidade dos estudos dos jovens, suas perspectivas para o futuro e a qualidade da educação durante esse período.

O Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), em parceria com a UNESCO e outras entidades, organizou uma pesquisa que ouviu cerca de 68 mil jovens entre 15 e 29 anos, distribuídos entre todas as regiões do Brasil e divididos entre gênero e etnia.

A Pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus (2021) está na sua segunda edição, o que permitiu aos realizadores levantar dados de 2021 e compará-los com o ano anterior, quando foi realizada a primeira edição da pesquisa. A pesquisa mostra que o número de jovens que declararam estar estudando em uma instituição de ensino caiu de 74% para 64% entre 2020 e 2021. Do total de alunos que responderam à pesquisa de 2021, 7% responderam que estão matriculados, mas não acompanham as aulas.

Entre os jovens que demonstraram terem parado de estudar durante a pandemia, 21% relatam que interromperam os estudos para tentar ganhar dinheiro e 14% não conseguiram se organizar com o ensino remoto. Além disso, 36% desses jovens que interromperam seus estudos apontam que a garantia de uma renda básica emergencial seria uma ação que os faria voltar a

estudar. Outro dado relevante levantado pela pesquisa é o de que, em 2021, 43% dos jovens que responderam ao questionário haviam cogitado parar de estudar nos últimos seis meses. Esse dado de potencial de evasão é alto e cresceu 15% em relação a primeira edição da pesquisa, em 2020.

A pesquisa também buscou entender a intenção dos jovens em fazer o ENEM do mesmo ano. Em 2020, 31% dos jovens pretendiam fazer o exame, enquanto em 2021 esse número caiu para 26%. Entre os que pensaram em desistir, o número subiu de 49% para 57% e o número de alunos que consideram que estão conseguindo estudar apropriadamente houve redução de 33% para 25% entre os dois períodos.

Todos esses dados começam a apresentar uma nova realidade que se formou ao longo da pandemia e evidenciam que o ano de 2020 trouxe piora nos índices em relação ao primeiro ano da pandemia. Há aumento de jovens fora da escola e aumento de jovens que precisaram interromper os estudos por motivos financeiros de necessidade de obter renda. O risco de evasão escolar também aumenta entre um ano e outro conforme aumenta a porcentagem de respostas confirmando que pensaram em deixar de estudar.

O ENEM, tema já abordado anteriormente ao longo do capítulo, também enfrenta desafios pois menos jovens estão dispostos a fazê-lo e mais jovens consideram que estão tendo dificuldades para se preparar para o exame.

Dando continuidade ao tema das consequências da pandemia para a educação, a FGV realizou, em 2021, um relatório para medir os efeitos da interrupção das aulas no sistema educacional do Brasil.

O trabalho (SOUZA *et al.*, 2021) se dispõe a avaliar de que forma a COVID-19 atingiu a educação e quais os efeitos negativos que podem ser projetados a partir desse abalo. Para isso, a FGV, por meio de seus colaboradores Souza *et al.* (2021), usou uma metodologia que considera três fatores para medir as consequências da interrupção das aulas, sendo eles: aprendizado em um ano típico, tempo de interrupção das aulas e eventual aprendizado com o ensino remoto.

Foram considerados, a partir de dados coletados, três possíveis cenários para a educação: o otimista, o intermediário e o pessimista. Sendo o intermediário aquele em que o aluno aprende proporcionalmente às horas gastas com os estudos. O otimista quando não há prejuízo pelas aulas remotas e o pessimista quando não há aprendizado com ensino remoto.

Quando se trata do ensino médio, em um ano típico, segundo a escala do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o aprendizado adquirido equivale a 8,8 pontos de crescimento na escala em língua portuguesa e 7,1 em matemática. Considerando o cenário

otimista da FGV (SOUZA et al., 2021), a pandemia vai reduzir esse aprendizado em cerca de 15% em língua portuguesa e 14% em matemática. Já no cenário pessimista, essas perdas poderiam chegar, respectivamente, a 70% e 72%. Ou seja, em qualquer dos cenários haverá perda no aprendizado dos alunos em relação a um ano normal.

Todas as simulações feitas no estudo (SOUZA *et al.*, 2021) também foram refeitas separadamente para cada estado da federação, para que fosse possível compreender a variação do aprendizado não realizado entre regiões. Os resultados mostram que para os anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio, etapas alvo do estudo, os alunos que residem nas regiões Norte e Nordeste são os mais afetados pelo aprendizado não realizado.

Para fins de comparação, a simulação de percentual de aprendizado não realizado em língua portuguesa e matemática nos anos finais do ensino médio fica entre 45% e 50% para estados como o Pará e Tocantins, enquanto que para os estados de Santa Catarina e Paraná esse percentual fica entre 25% e 28%. Há diferença também quando se comparam outras características dos alunos como etnia e escolaridade da mãe. Os alunos mais prejudicados pela pandemia são aqueles que não se declaram brancos e que têm mães com ensino fundamental incompleto ou sem instrução.

De modo geral, o estudo da FGV (SOUZA *et al.*, 2021) mostra que a interrupção das aulas e o início do período de ensino remoto afetou negativamente a proficiência dos alunos e que, entre os mais prejudicados, estão aqueles mais vulneráveis economicamente e socialmente. Ainda assim, Souza *et al.* (2021) ressalta que é necessário que sejam feitos mais estudos relacionados a esse tema para que o impacto real da pandemia possa ser melhor avaliado.

Outro ponto que o estudo comenta, mas não trata de forma consolidada é a questão da evasão escolar. O efeito do fechamento das escolas e sua relação com a evasão tende a estar ligado a fatores de renda, segundo a FGV (SOUZA *et al.*, 2021). Ou seja, alunos cujas famílias sofrem perda de renda interrompem os estudos para auxiliar no orçamento da casa. No caso da pandemia, o fechamento das escolas foi paralelo ao desenrolar de uma crise econômica.

Essa relação de fechamento de escolas com evasão escolar ainda não possui literatura robusta, portanto o levantamento de Souza *et al.* (2021) não se atém a esse ponto, mas os efeitos inicialmente levantados vão ao encontro da ideia de que há aumento da evasão em períodos de interrupção das aulas.

Os estudos, portanto, ainda que preliminares, começam a apresentar tendências que sugerem perdas para a educação brasileira após o início da pandemia de COVID-19. As consequências negativas, que serão sentidas e melhor medidas ao longo dos próximos anos, em sua maioria, não surgiram com a pandemia, mas os processos que tomaram forma desde o ano

de 2020 alavancaram pontos preocupantes que já estavam presentes na realidade educacional brasileira.

Problemas de falta de acesso à internet e falta de poder aquisitivo já se relacionavam com educação antes da pandemia, mas se tornaram ainda mais evidentes a partir das mudanças que aconteceram em função da chegada do vírus. Da mesma forma, as desigualdades étnicas, financeiras e regionais que assombram o Brasil e que tem influência na realidade escolar também se tornaram fatores ainda mais relevantes para entender o que acontece no país. Os problemas que já se faziam presentes passaram a ter uma dimensão ainda maior e suas consequências serão sentidas especialmente pela população mais marginalizada da sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi construído no sentido de trilhar um caminho em que fosse possível apresentar ao leitor a importância da educação na sociedade, passando por questões que envolvem cidadania, criminalidade, participação social, geração de capital humano e desenvolvimento econômico. Além de apresentar esses temas fazendo referências a autores de diversas áreas e com distintas motivações para defender a valorização do sistema educacional, também fez parte do escopo do trabalho tratar da educação tendo como foco o Brasil e suas particularidades. E, por fim, para responder o problema da pesquisa foi importante projetar um primeiro olhar para a pandemia de COVID-19 e seus primeiros impactos no sistema educacional brasileiro em termos de evasão escolar, desigualdades de renda e qualidade do ensino.

Ao longo dos capítulos anteriores, foram desdobradas as diferentes formas em que o sistema educacional pode beneficiar a sociedade. A educação pode ser tratada como motor de crescimento e desenvolvimento econômico por sua capacidade de gerar e difundir capital humano nas pessoas por meio do aumento de conhecimentos e habilidades dos cidadãos. É possível também entender o sistema educacional como peça chave para a estabilidade democrática das sociedades ao formar jovens com espírito crítico e civilizatório.

Com relação a renda, pode-se entender o nível de escolaridade como um dos fatores que explica as diferenças salariais entre pessoas dentro de uma sociedade. No Brasil, essa relação também existe e se manifesta, segundo estudos anteriormente apresentados, no fato de que o aumento no número de anos de escolaridade de uma pessoa aproxima-a de salários mais altos dentro do mercado de trabalho. Ou seja, as diferenças de realidades educacionais entre indivíduos são determinantes para as desigualdades salariais.

As evidências apresentadas ao longo do trabalho vão ao encontro da ideia de que a educação precisa ser valorizada dentro da sociedade para que seus benefícios possam ser sentidos no curto, médio e longo prazo. No Brasil, a educação sofreu um grande impacto com o início da pandemia de COVID-19. As escolas interromperam suas aulas e modificaram seus métodos de ensino para tentar uma adaptação rápida ao ensino remoto. Mesmo com os esforços das instituições de ensino, sem uma coordenação adequada do MEC as escolas encontraram diversas dificuldades para manter os alunos inseridos no ambiente educacional e para manter o nível das aulas virtuais. Nesse contexto, parte do aprendizado que seria adquirido pelos alunos em um ano comum deixou de ser absorvida pelos jovens por conta da redução de horas de estudo e dificuldades no acesso às aulas online. A perda de aprendizado potencial por ano pode

ficar entre 14% em um cenário otimista e 72% em um cenário pessimista. Além disso, o aprendizado não realizado não é homogêneo em todo o Brasil, estados das regiões Norte e Nordeste foram mais afetados do que os das regiões Sul e Sudeste.

A evasão escolar também se tornou um problema ainda mais relevante no cenário brasileiro. Desde o início da pandemia o Brasil regrediu 15 anos nesse índice e voltou a apresentar números próximos aos que tinha no ápice da evasão escolar no país, em 2007. Antes da pandemia, em 2019, a evasão escolar era registrada para 1,41% das crianças entre 5 e 9 anos mas no final de 2020 esse número apresentou um crescimento, tendo saltado para 5,51%. Em 2021 esse dado apresentou redução, chegando a 4,25%, valor menor do que em 2020, no auge das medidas restritivas da pandemia, mas ainda cerca de três vezes maior do que a realidade imediatamente antes do início da pandemia.

O recorte de crianças e adolescentes fora do ambiente escolar também apresenta um perfil específico entre os mais afetados. Mais de 90% das crianças fora do ambiente escolar em 2021 tinham renda familiar de até um salário mínimo. Em 2020, as Regiões Norte e Nordeste apresentaram, respectivamente, 28,4% e 18,3% de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos fora da escola ou sem atividade escolar, sendo as regiões com maiores índices no país. A média do Brasil de jovens fora do ambiente escolar foi de 13,9% e a região com menor índice foi a Sul com 5,1%, mais de cinco vezes menor do que na região Norte, o que evidencia algumas das diferenças e desigualdades apresentadas no decorrer do trabalho.

Dessa forma, os dados apresentados nos capítulos anteriores e aqui resumidos, mostram como a pandemia de COVID-19 gerou perda de qualidade no ensino, favoreceu a evasão escolar e prejudicou especialmente populações não brancas, pobres e das regiões Norte e Nordeste do país. Essas consequências, que começam a ser apontadas pelos estudos, evidenciam a desigualdade já existente no país e alertam para a possibilidade de que essas desigualdades aumentem ainda mais no cenário educacional, econômico e social.

O tema que estuda as consequências da COVID-19 para a educação no Brasil e no mundo será aprofundado ao longo dos próximos anos e os resultados precisam ser balizadores para que as políticas educacionais se voltem a mitigar o rastro negativo que a pandemia deixou para o sistema educacional. Com o tempo será possível identificar os principais resultados da interrupção das aulas e da migração para o ensino remoto. Por enquanto, foi possível identificar nas dificuldades de acesso as aulas online um dos principais fatores que afastou estudantes, especialmente de baixa renda, do ambiente escolar. Políticas públicas também precisarão pensar na inclusão digital da população, tema que ganhará cada vez mais importância no cenário educacional no Brasil e no mundo.

A redução das desigualdades na educação brasileira precisa ser prioridade entre as políticas federais, estaduais e municipais, mais ainda depois dos dois anos conturbados de enfrentamento de uma crise sanitária que teve influência direta no cenário educacional do país. A partir da melhora de acesso e de qualidade da educação é possível que sejam alcançados benefícios em diversos níveis da sociedade, com resultados na redução da criminalidade, aumento de capital humano, garantia da democracia e aumento da produtividade.

É necessário, porém, que essas reivindicações de melhorias do sistema educacional não se resumam ao campo das ideias e que sejam postas em prática o quanto antes para que seja possível ao país tratar a educação como prioridade, especialmente em uma realidade pós pandemia que trouxe consigo inúmeras dificuldades no campo educacional. Somente com ações práticas de inclusão, qualificação e massificação da educação será possível deixar um legado positivo para as próximas gerações de brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, T. C. de O.; OLIVEIRA, R. de C. da S. As causas da evasão escolar de crianças e adolescentes da Educação Básica e sua relação com a violação de Direitos Humanos. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO, 4., Curitiba, 2017. Formação de professores: contextos, sentidos e práticas. Cidade: SIRSSE; SIPD/CÁTEDRA UNESCO, 2017. p. 12955- 12972. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24930_12003.pdf Acesso em: 9 mar. 2022.*
- ALVES, E. M.; GONÇALVES, R. M. de P. Educação como mercadoria: desafios da educação superior em meio ao capitalismo em crise. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 5, p. e019025, jan. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/riesup.v5i0.8653651> Acesso em: 22 mar. 2022.
- ARAÚJO, M. A. D. DE; BORGES, D. F. Globalização e mercado de trabalho: educação e empregabilidade. **Organizações & Sociedade**, Natal, v. 7, n. 17, p. 9–16, abr. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/G8fwxJ5g9xKhtfzqTyH6sHM/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 15 dez. 2021.
- BALASSIANO, M.; SEABRA, A. A. de; LEMOS, A. H. Escolaridade, salários e empregabilidade: tem razão a teoria do capital humano? **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, v. 9, n. 4, p. 31–52, dez. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552005000400003> Acesso em: 1 abr. 2022.
- BARBOSA FILHO, F. de H.; PESSÔA, S de. A. Retorno da Educação no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 97-125, abr. 2008. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3667> Acesso em: 22 mar. 2022.
- BARBOSA FILHO, F. de; PESSÔA, S. de A. Educação e crescimento: o que a evidência empírica e teórica mostra? **Economia**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 256-303, ago. 2010. Disponível em: https://ibre.fgv.br/sites/ibre.fgv.br/files/arquivos/u65/educacao_e_crescimento_-_o_que_a_evidencia_empirica_e_teorica_mostra_-_barbosa_filho_e_pessoa.pdf Acesso em: 28 fev. 2022.
- BARBOSA, M. G. Educação e democracia: do risco de desarticulação a uma recomposição crítica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 177, p. 759–773, set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053147147> Acesso em: 3 abr. 2022.
- BARBOSA, O. L.; CUNHA, P. G. M. da. Pandemia e a precarização do direito ao acesso à educação. **Revista Pet Economia UFES**, Goiabeiras, v. 1, n. 1, p. 33–36, 27 jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/peteconomia/article/view/31745/21186> Acesso em: 8 jan. 2022.
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1995. (Texto para Discussão, n. 377). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0377.pdf Acesso em: 22 nov. 2021.

BECKER, G. Crime and punishment: an economic approach. **The Journal of Political Economy Review**, Chicago, v. 76, n. 2, p. 169-217, abr. 1968. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/259394> Acesso em: 15 out. 2021.

BECKER, G. **Human capital**: a theoretical and empirical analysis with special reference to education. Chicago: The University of Chicago Press, 1964.

BECKER, G. **Human capital**: a theoretical and empirical analysis with special reference to education. 3rd ed. Chicago: University of Chicago Press, 1994. Disponível em: <https://www.nber.org/books-and-chapters/human-capital-theoretical-and-empirical-analysis-special-reference-education-third-edition>. Acesso em: 18 abr. 2022

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 22 mar. 2022.

CAMPOS, G. W. de S. O pesadelo macabro da Covid-19 no Brasil: entre negacionismos e desvarios. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. e00279111 maio 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00279> Acesso em: 22 mar. 2022

CARA, D. O Custo Aluno-Qualidade Inicial como proposta de justiça federativa no PNE: um primeiro passo rumo à educação pública de qualidade no Brasil. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 8, n. 16, p. 75-91, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/40314/24622> Acesso em: 2 abr. 2022.

CARRASQUEIRA, H. **Economia e Educação**. Faro: Universidade do Algarve, 2016. (Working paper) Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.1/8389> Acesso em: 5 mar. 2022.

CARVALHO, G. C. A. de. **Por uma crítica ao capital humano**: utopias e distopias na formação dos jovens estudantes de ensino médio na grande Florianópolis. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012 Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/100695>. Acesso em: 22 nov. 2021.

CASTRO, J. A. de. Evolução e desigualdade na educação brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 673-697, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Py9jLMhddTWMfKQtY45L6dy/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 28 fev. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVE. **Juventudes e a Pandemia do Coronavírus**: atlas das Juventudes. 2021. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/juventudes-e-a-pandemia-do-coronavirus/>. Acesso em: 24 abr. 2022

COSTA, J. H.; BRANDÃO, T. de S. Crítica ao conceito de capital humano. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Málaga, v. 1, jul. 2018. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/ccss/2018/07/capital-humano.html> Acesso em: 9 mar. 2022.

CRUZ, A. C.; TEIXEIRA, E. C.; BRAGA, M. J. Os efeitos dos gastos públicos em infraestrutura e em capital humano no crescimento econômico e na redução da pobreza no Brasil. **Economia**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 163–185, 2010. Disponível em: http://anpec.org.br/revista/vol11/vol11n4p163_185.pdf Acesso em: 9 mar. 2022.

DUPAS, G. A lógica da economia global e a exclusão social. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 121-159, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141998000300019> Acesso em: 20 mar. 2022.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1952.

FERNANDES, C. M. Desigualdade de rendimentos e educação no Brasil: alguns indicadores de diferenças regionais. **Econômica**, Bahia, v. 3, n. 2, p. 231-250, dez 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/229047933_Desigualdade_de_rendimentos_e_educacao_no_Brasil_alguns_indicadores_de_diferencas_regionais Acesso em: 22 set. 2021.

FERNANDES, M. D. E.; SANTOS, M. DE F. M. DOS. A Meta 20 do PNE 2014-2024: compromissos e desafios para o contexto do financiamento educacional. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 7, maio 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/68621/41327> Acesso em: 10 abr. 2022.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FRIGOTTO, G. (2008). “Capital humano”. In: **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/ Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Capital_Humano_-_rec.pdf Acesso em: 15 fev. 2022.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil de novembro de 2020**. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf> Acesso em: 15 out. 2021.

GAGO, D. R.; CORBELLINI, S. Orientação educacional: o combate à evasão escolar na pandemia. **Revista Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v. 23, n. 38, p. 118-143, out. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/rfc.v23i38.27737> Acesso em: 28 fev. 2022.

GÍMENEZ ESTEBAN, G. G. **Concepto y medición del capital humano e interrelación con los factores de crecimiento**. 2003. Tesis – Departamento de Estructura e Historia Económica y Economía Pública, Universidad de Zaragoza, Zaragoza, 2003. Disponível em: https://zaguan.unizar.es/record/1900/files/TUZ_0025_gimenez_concept.pdf. Acesso em: 8 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades e Estados**. [2021]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em: 03 mar. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Histórico**. Brasília: Inep, 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/historico>. Acesso 5 abr. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopses Estatísticas do Exame Nacional do Ensino Médio 2020**. Brasília: Inep, 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/area-de-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/enem>. Acesso 31 mar. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação: 2020**. – Brasília: Inep, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_terceiro_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf. Acesso em:

JACOBI, P. R. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233–250, ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/ZV6sVmKTydvnKVNrqshspWH/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 9 mar. 2022.

JUSTINO, G. Muito, pouco, mal, de forma irregular? Especialistas avaliam o gasto do Brasil com educação. **GZH**, Porto Alegre, 16 abr. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/04/muito-pouco-mal-de-forma-irregular-especialistas-avaliam-o-gasto-do-brasil-com-educacao-cjue9xprb01r201rtjjolf3bt.html> Acesso em: 3 abr. 2022.

KNOP, M. F. T. Exclusão digital, diferenças no acesso e uso de tecnologias de informação e comunicação: questões conceituais, metodológicas e empíricas. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 5, n. 2, p. 39-58, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.24305/cadecs.v5i2.2017.19437> Acesso em: 15 mar. 2022.

LANGONI, Carlos Geraldo. **Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

LOPES, A. C.; LÓPEZ, S. B. A performatividade nas políticas de currículo: o caso do ENEM. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 89–110, abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/YVjRx49XqRvYSvWntqkBZ9b/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 27 mar. 2022.

MARANDINO, M. Faz sentido ainda propor a separação entre os termos educação formal, não formal e informal? **Ciência & Educação**, Bauru, v. 23, n. 4, p. 811–816, dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320170030001> Acesso em: 20 nov. 2021.

MARQUES, L. R. Democracia radical e democracia participativa: contribuições teóricas à análise da democracia na educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 102, p. 55–78, abr. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000100004> Acesso em: 5 abr. 2022.

MENEZES FILHO, N. A. A evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho. Santo Amaro. **Instituto Futuro do Brasil**, 2001. Disponível em: https://www.feis.unesp.br/Home/DSAA/DSAA/ProjetoGQT-SCM/documentos/educacao/artigo_naercio_educa%E7%E3o%20no%20brasil_trabalho.pdf Acesso em: 9 mar. 2022.

MONTEIRO, V. B.; ARRUDA, E. F. O impacto da violência urbana nos indicadores de evasão escolar na Região Metropolitana de Fortaleza. *In: Anais do I Circuito de Debates acadêmicos - IPEA*, Brasília, p. 01-13, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo19.pdf> Acesso em: 15 mar. 2022.

NAKABASHI, L.; FIGUEIREDO, L. DE. Mensurando os impactos diretos e indiretos do capital humano sobre o crescimento. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 151-171, mar. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eco/a/WjVqJbbN6Lh8G8sfbLQzcm/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 5 abr. 2022.

NERI, M. **Motivos da Evasão Escolar**. 2009. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/ibrecps/rede/finais/Etapa3-Pesq_MotivacoesEscolares_sumario_principal_anexo-Andre_FIM.pdf Acesso em: 28 fev. 2022.

NERI, M.; OSORIO, M. C. **Retorno para a escola, jornada e pandemia**. FGV Social, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/FGV_Social_Neri_RetornoParaEscolaJornadaPandemia.pdf Acesso em: 10 abr. 2022.

OLIVEIRA, R. P. DE. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739–760, out. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/sM4kwNzqZMk5nsp8SchmkQD/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 5 abr. 2022.

OLIVEIRA, T. S. DE. O Enem: breves considerações sobre importância avaliativa e reforma educacional. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 275–285, 31 dez. 2016. Disponível em: <http://orcid.org/0000-0002-3078-0058> Acesso em: 10 abr. 2022.

OPNE – O Plano Nacional de Educação, 2022. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/plano/#futuro-do-nosso-pais>. Acesso em: 24 abr. 2022.

PEREIRA, I. P. **Formação de mão-de-obra e desenvolvimento econômico**: o caso da indústria de São Luiz-MA. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4148> Acesso em: 22 jan. 2022

PINHEIRO, A. P. G. V. **A mão-de-obra como barreira ao desenvolvimento empresarial.** Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) - Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, FGV Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, 2004.

Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8671/000370348.pdf> Acesso em: 30 mar. 2022.

PINO, A. Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo.

Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 763–785, out. 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/Fcw4BTVQtGJKZTcky7Y5hzx/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20 fev. 2022.

PINTO, I. F. de. **A. Educação e desigualdade de renda no Brasil.** Tese (Mestrado em Economia) - FGV- Escola Brasileira de Economia e Finanças, Rio de Janeiro, 2017.

Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19731/Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Desigualdade%20de%20Renda%20no%20Brasil%20-%20Isabela%20Freire%20de%20A.%20Pinto.pdf> Acesso em: 21 nov. 2021.

POCHMANN, M. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 383–399, ago. 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/TDxsdKm3C3QHP4dFqxTySkM/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 29 nov. 2021.

PONCHIROLLI, O. **O capital humano como elemento estratégico na economia da sociedade do conhecimento sob a perspectiva da teoria do agir comunicativo.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000 Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/79048/176828.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 9 mar. 2022.

REIS, J. G. A.; BARROS, R. P. D. **Desigualdade salarial e distribuição de educação.** Rio de Janeiro: INPES/IPEA, 1989.

RODRIGUES, N. Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 76, p. 232–257, out. 2001. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0101-73302001000300013> Acesso em: 26 jan. 2022.

RUMBERGER, R; LIM, S. A. Why students drop out of school: A review of 25 years of research. **California Dropout Research Project**, Santa Barbara, v.15, n.1, p.131-155, 2008.

Disponível em: <https://www.issuelab.org/resources/11658/11658.pdf> Acesso em: 11 mar. 2022.

SANTANA, C. L. S. E; SALES, K. M. B. Aula em casa: Educação, tecnologias digitais e pandemia de covid-19. **Educação**, Aracaju, v. 10, n. 1, p. 75–92, 6 set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v10n1p75-92> Acesso em: 1 mar. 2022.

SANTANA, E. V. D. S. **Relações entre evasão escolar, racismo e linguagem.** Monografia (Licenciatura em Letras) – Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção, ago. 2021. Disponível em:

https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2366/1/2021_mono_enzosantana.pdf Acesso em: 2 abr. 2022.

SCHULTZ, T. W. Investment in Human Capital. **The American Economic Review**, Cidade, v. 51, n. 1, p. 1–17, 1961. Disponível em: <https://www.ssc.wisc.edu/~walker/wp/wp-content/uploads/2012/04/schultz61.pdf> Acesso em: 1 nov. 2021.

SEABRA, A. A. D. **Escolaridade, salários e empregabilidade**: Implicações no mercado de empregos do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) – Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, FGV Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3832/Alexandre-Alves-de-Seabra.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 19 mar. 2022.

SEGNINI, L. R. P. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 72–81, jun. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/7g5d46nQkNQ7KRdnfZP5mgk/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 9 mar. 2022.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F. Qualificação e reestruturação produtiva: Um balanço das pesquisas em educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 61, p. 13-35, dez 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73301997000400002> Acesso em: 25 fev. 2022.

SILVA, P. A.; GIARETA, P. F. O financiamento da educação e o PNE: implicações e desafios para a meta 20 do PNE. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 12, p. 101377–101392, dez. 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/22068/17621> Acesso em: 15 mar. 2022.

SILVEIRA, F. L. da.; BARBOSA, M. C. B.; SILVA, R. da. Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): uma análise crítica. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 1101, mar. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1806-11173710001> Acesso em: 5 abr. 2022.

SODRÉ JÚNIOR, J. M. da L. **A influência do ENEM no ensino médio**: uma reflexão referente às práticas de ensino e desafios dos professores em Pinheiro - MA. Monografia (Licenciatura em Biologia) – Centro de Ciências Humanas, Naturais, Saúde e Tecnologia, Universidade Federal do Maranhão, Pinheiro, 2018. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/handle/123456789/3225> Acesso em: 10 abr. 2022.

SOUZA, A. P. de; CAMPOS, N. de. A concepção de educação de Émile Durkheim e suas interfaces com o ensino. **Luminária**, União da Vitória, v. 18, n. 2, p. 12-20, jun. 2017. Disponível em: <http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/luminaria/article/view/955> Acesso em: 25 nov. 2021.

SOUZA, A. P. *et al.* **Pandemia de covid-19**: o que sabemos sobre os efeitos da interrupção das aulas sobre os resultados educacionais? São Paulo: FGV; Clear, 2021. (Síntese de evidências). Disponível: <http://fgvclear.org/site/wp-content/uploads/sintese-de-evidencias-clear-lemann.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2022.

SOUZA, C. M. P. de.; PEREIRA, J. M.; RANKE, M. da. C. de J. Reflexos da Pandemia na evasão/abandono escolar: a democratização do acesso e permanência. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 5, p. e10844–e10844, 4 dez. 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/10844/17977> Acesso em: 12 abr. 2022.

SPINELLI, I. M. A. **Formação, desenvolvimento do capital humano e vantagem competitiva**. Dissertação (Mestrado em Economia e Gestão de Recursos Humanos) – Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Porto 2015. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/80141/2/36397.pdf> Acesso em: 22 nov. 2022.

VIANA, G.; LIMA, J. F. D. Capital Humano e crescimento econômico. **Interações**, Campo Grande, v. 11, n. 2 p. 137-148, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/srrRFK6rcbj7gwW6GMyVNHK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 fev. 2022.

XIMENES, S. B. *et al.* Reafirmar a defesa do sistema de ciência, tecnologia e ensino superior público brasileiro. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, p. e0230375, 2019. Disponível em: www.scielo.br/j/es/a/7vjyx8KvfNszP4BSMw6d8xP/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 6 mar. 2022.

XIMENES, S. B. O CAQ na meta 20 do Plano Nacional de Educação: um novo regime jurídico para a realização do padrão de qualidade do ensino. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 9, n. 17/18, p. 26-37, maio 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/jpe.v9i17/18.37861> Acesso em: 2 abr. 2022